

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
BACHAREL EM SEGURANÇA PÚBLICA E DO TRABALHO CURSO DE
FORMAÇÃO DE OFICIAIS - CFO BM

ITALLO GUILHERME VASCONCELOS PIRES

**PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA GESTÃO ESCOLAR NO
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS CBMMA:**
uma análise da sua importância para atuação nas escolas militares

São Luís

2023

ITALLO GUILHERME VASCONCELOS PIRES

**Proposta De Implantação Da Disciplina Gestão Escolar No
Curso De Formação De Oficiais CBMMA:**

Uma Análise Da Sua Importância Para Atuação Nas Escolas Militares

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a obtenção de título de Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho pela Universidade Estadual do Maranhão.

São Luís

2023

ITALLO GUILHERME VASCONCELOS PIRES


**Proposta De Implantação Da Disciplina Gestão Escolar No
Curso De Formação De Oficiais CBMMA:**

Uma Análise Da Sua Importância Para Atuação Nas Escolas Militares

Monografia apresentada ao Curso de
Formação de Oficiais da
Universidade Estadual do Maranhão,
como requisito para a obtenção de
título de Bacharel em Segurança
Pública e do Trabalho pela
Universidade Estadual do Maranhão.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 PAULO JONATAS COSTA DA SILVA
Data: 06/06/2023 16:08:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

1º Ten. QOCBM Paulo Jonatas Costa da Silva (Orientador)
Bacharel em Segurança pública e do trabalho- UEMA



Major QOCBM Laurinalva Nívea Ferreira de Melo
Bacharel em Segurança pública e do trabalho- UEMA
Bacharel em Educação Física- UFMA
Especialista em Medicina e ciências do esporte- UFMA



2ª Ten. QOCBM Jessica Caroline Lopes Castro
Graduação em Segurança pública e do trabalho- UEMA
Licenciatura em Química - IFMA

Aos nossos pais, amigos e demais familiares com quem compartilhamos mais esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Não havia como começar os agradecimentos de forma diferente, pois devemos aos nossos pais eterna gratidão, não só pela força nos momentos difíceis, mas por toda a ajuda na realização dos sonhos. Sem o apoio de nossos pais não teríamos conseguido completar essa jornada, eles foram a nossa força ao longo do caminho. Agradeço, também, aos amigos que estiveram lado a lado ao longo do curso, que passaram por todas as situações e momentos difíceis comigo, vocês tornaram tudo mais leve, entendendo nossa situação e nos fornecendo todo apoio possível.

A Deus, pelo apoio espiritual que nos concedeu nesse momento, só Ele e eu sabemos o quão foi difícil realizar essa pesquisa de TCC, quantos momentos eu pensei em desistir de tudo, mas a minha fé me manteve em pé. Deus, obrigado por ser meu Norte, e nos ajudar a passar pelas adversidades.

A todos os professores da Universidade Estadual do Maranhão e todos os instrutores e Militares da Academia de Bombeiros Militar “Josué Montello”, que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação.

A educação é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve a condição humana, com todos os seus poderes funcionando com harmonia e completa, em relação à natureza e à sociedade. Além do mais, era o mesmo processo pelo qual a humanidade, como um todo, se elevando do plano animal e continuaria a se desenvolver até sua condição atual. Implica tanto a evolução individual quanto a universal".

(Friedrich Froebel)

RESUMO

A gestão escolar nos faz pensar na importância de mediar relações com os professores no processo de ensino e aprendizagem, além da importância de saber quais as demandas existentes na escola e qual a melhor forma solucioná-las. O presente trabalho objetiva demonstrar a importância da implantação da disciplina de Gestão Escolar no Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar (CFO-BM) tendo em vista que as escolas militares são ambientes de trabalho que esses profissionais poderão atuar. Para a construção desse trabalho foram utilizadas duas metodologias: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa com questionário para levantamento de dados. A pesquisa bibliográfica que consiste na revisão de literatura de Autores que investigam o tema em estudo. Por fim, aliado a este referencial teórico, realizou-se a pesquisa com os militares que possuem conhecimento e vivência na área da educação que atuam ou atuaram nas escolas militares geridas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão (CBMMA), além dos cadetes que estão no curso de formação, realizado com ajuda de questionários online pela plataforma do *Google forms* com a finalidade de corroborar com a análise da pesquisa. Concluiu-se que a realidade do oficial do corpo de bombeiro militar e sua atuação é bastante ampla, de forma que se faz necessário que durante o curso de formação tenha-se conteúdos que os prepare melhor para atuar nos diferentes locais, sendo as escolas militares ambiente de atuação desse profissional. Desse modo, conclui-se que se faz de extrema necessidade a implantação da disciplina Gestão Escolar na grade curricular do CFO-BM para auxiliar na preparação dos futuros oficiais que atuarão neste setor.

PALAVRAS CHAVE: Escolas Militares; Gestão Escolar; Curso de Formação de oficiais; Corpo de Bombeiros; Maranhão.

ABSTRACT

School management makes us think about the importance of mediating relationships with teachers in the teaching and learning process, in addition to the importance of knowing what the demands are in the school and how best to solve them. The present work aims to demonstrate the importance of the implementation of the discipline of School Management in the Training Course of Military Firefighter Officers (CFO-BM), considering that military schools are work environments that these professionals can act. For the construction of this work, two methodologies were used: the bibliographic research and the research with a questionnaire for data collection. The bibliographic research that consists of the literature review of authors who investigate the theme under study. Finally, allied to this theoretical framework, the research was carried out with the military who have knowledge and experience in the area of education who work or worked in the military schools managed by the Military Fire Department of Maranhão (CBMMA), in addition to the cadets who are in the training course, carried out with the help of online questionnaires by the Google forms platform in order to further corroborate the analysis of the research. It was concluded that the reality of the officer of the Military Fire Corps and its performance is quite broad, so that it is necessary that during the training course have contents that prepare them to act in the different places, being the military schools environment of action of this professional. Thus, it is concluded that it is extremely necessary to implement the discipline School Management in the curriculum of the CFO-BM to assist in the preparation of future officers who will work in this sector.

KEYWORDS: Military Schools; School Management; BMMA officer training course

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição das unidades do CMCB no território do Maranhão.....	41
Figura 2. Localização das unidades do CMBM na região metropolitana de São Luís - MA, cujo oficiais gestores foram entrevistados.....	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Lista de unidades do CMCB e suas respectivas localizações.....42

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** respostas à pergunta “Em uma escada de 1 a 5, na sua opinião, o quanto fez falta a disciplina de “Gestão Escolar” ao decorrer do CFO-BM?”48
- Gráfico 2.** respostas à pergunta “em uma escala de 1 a 5, na qual 1 é nenhuma vez e 5 é todas as vezes, quantas vezes você precisou recorrer a terceiros para lidar com situações referentes à abordagem pedagógica?”49
- Gráfico 3.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, durante seu tempo de gestor escolar, você precisou fazer busca por informações em outras fontes?”50
- Gráfico 4.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, o quanto uma disciplina de gestão escolar influenciaria no modo que você gerencia sua escola?”50
- Gráfico 5.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, você acredita que a gestão participativa pode influenciar no processo ensino aprendizagem?”51
- Gráfico 6.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, qual seria seu nível de comprometimento na gestão participativa51
- Gráfico 7.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, você acredita que a sua participação na gestão participativa influenciou ativamente na gestão escolar?”54
- Gráfico 8.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, com que frequência você pede a opinião de alunos, pais, professores e funcionários antes de tomar decisões?”55
- Gráfico 9.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, já buscou junto à Secretaria de Educação suporte para tomada de decisões acerca da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem?”55
- Gráfico 10.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, com qual frequência você busca aprimorar sua formação, participando de cursos, seminários, palestras e atividades culturais?”56
- Gráfico 11.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, com que frequência você julga que sabe delegar funções, solicitar ajuda e ouvir críticas?”56
- Gráfico 12.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, hoje atuando como gestor, com que importância você indicaria a inclusão da disciplina de gestão escolar no CFO-BM?”57
- Gráfico 13.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, a disciplina de gestão escolar fez falta ao decorrer do curso?”58
- Gráfico 14.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, em um possível cenário no qual você venha atuar em uma escola, você se sente capaz de gerenciá-la?”58
- Gráfico 15.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, sua atuação na escola seria baseada em algo que aprendeu no decorrer do curso?”60
- Gráfico 16.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, o quanto você acha necessário incluir a disciplina de gestão escolar no CFO-BM?”61
- Gráfico 17.** resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, qual seria a influência dos conhecimentos adquiridos por meio do curso na sua gestão?”62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMJM	Academia Bombeiro Militar Josué Montello
ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
Art.	Artigo
CBM	Corpo de Bombeiro Militar
CBMMA	Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão
CF	Constituição Federal
CCE	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CES	Câmara de Educação Superior
CFO BM	Curso de Formação de Oficiais Bombeiro Militar
CFO	Curso de Formação de Oficiais
CFSd	Curso de Formação de Soldados
CM	Colégio Militar
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOB	Lei da Organização Básica do CBMMA
Nº	Número
NR	Norma Regulamentadora
PPP	Projeto Político Pedagógico
RDE	Regulamento Disciplinar do Exército
UBM	Unidade Bombeiro Militar
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 METODOLOGIA	19
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	21
3.1 História da organização Corpo de Bombeiros no Brasil e no Maranhão	21
3.2 A história do Corpo de Bombeiros no Estado do Maranhão.....	24
3.3 Escola, educação, gestão escolar e seus conceitos	26
3.4 Gestões escolar e o papel do gestor nas escolas	30
3.5 O papel do gestor na redução da evasão escolar	37
3.6 Os aspectos das escolas militares e militarizadas no Brasil e no Maranhão.....	38
3.7 O curso de formação de oficiais - CFO BMMA	44
4 RESULTADOS	46
4.1 ANÁLISE DE DADOS	46
5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS	48
5.1 Demonstrativo das questões e dos gráficos referentes ao questionário feito aos oficiais CBMMA.....	48
5.2 Demonstrativo das questões e dos gráficos referentes ao questionário feito aos cadetes CBMMA.....	56
6 Proposta de implementação disciplina: noções de gestão escolar e pedagogia	62
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
APÊNDICE A: TERMO DE ACEITE DOS QUESTIONÁRIOS ONLINE APLICADO AOS BOMBEIROS MILITARES LOTADOS EM COLEGIOS MILITARES E AOS CADETES DO 2º E 3º ANO DO CFO.....	76

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIOS ONLINE APLICADO AOS BOMBEIROS MILITARES LOTADOS EM COLEGIOS MILITARES.....	77
APÊNDICE C: QUESTIONÁRIOS ONLINE APLICADO AOS CADETES DO 2º E 3º ANO DO CFO.....	79
APÊNDICE D: PLANO DE DISCIPLINA “NOÇÕES DE EDUCAÇÃO E ENSINO.....	81
ANEXO A – ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITAR: DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM.....	84
ANEXO B - ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITAR: DISCIPLINAS DO NÚCLEO ESPECÍFICO.....	86
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE.....	90

1 INTRODUÇÃO

Para Paro (2010), a educação se revela como um instrumento de transformação social, também por meio da apropriação do saber historicamente acumulado e de todas as conquistas culturais realizadas pela humanidade. Segundo o Autor, estes saberes - ciências, tecnologia, filosofia, arte, entre outros - se concentram nas mãos da minoria dominante. Quando a classe dominada passa a ter acesso a estes conhecimentos, passa a servir como elemento de sua afirmação e emancipação cultural.

Sabemos que a escola é o local que tem a instrução como sua principal dimensão educativa (CHERVEL, 1990; MONTEIRO, 2001). A partir dos discursos acerca da importância da Educação como meio de transformar vidas, o papel do gestor escolar nas unidades escolares militares e militarizadas é atuar como mediador no processo de transformação do ensino, buscando o trabalho coletivo, para que seja possível a resolução dos problemas. Nesse sentido, a figura do gestor escolar nas escolas é de extrema importância a fim que seja possível a melhor organização dos princípios pedagógicos e também administrativos da escola, com o intuito de conduzir e organizar não somente o espaço escolar, mas a comunidade como um todo, buscando um diálogo aberto e um melhor planejamento. Segundo Penin (2001):

A escola representa a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado. Assim, a sua função social varia, relacionando-se aos mais diferentes momentos da história, as culturas, conforme a região e povos que constituem a comunidade escolar. As constantes mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no mundo requerem que a escola atenda a estas novas exigências (2001. p.17).

É de conhecimento público que o principal objetivo do corpo de bombeiros é salvaguardar vidas, meio ambiente e bens materiais, assegurando o cumprimento dos direitos estabelecidos pelo Estado. Ao longo dos anos o Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão – CBMMA, buscou formar, qualificar e aperfeiçoar seus integrantes numa perspectiva educacional contemporânea e abrangente, alicerçada em conhecimentos que contribuam para a excelência dos serviços prestados à sociedade, de forma que a finalidade principal da corporação fosse passado para os demais membros da sociedade, e gerir escolas militares está dentro desses objetivos tendo em vista que a educação é dever do Estado,

estando assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que em seus artigos 205 e 206, determina o seguinte:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em instituições oficiais; V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988, p.131).

O conhecimento é a consciência e a compreensão de um conjunto de informações e o modo como essas informações podem ser úteis para apoiar uma tarefa específica ou para chegar a uma decisão e por esta razão o indivíduo precisa ter uma racionalização das informações que chegam a ele. (STAIR; REYNOLDS, 2020).

Tendo em mente a importância do conhecimento e mais ainda o quanto isso deve ser passado a diante, com o passar dos anos fomos levados a buscar métodos e maneiras para que essas informações pudessem ser difundidas na sociedade como o todo, a criação de locais que promovesse isso foi o principal objetivo para que fossem construídas escolas. Todavia não podemos esquecer que para formar este conhecimento, precisamos de um conjunto de informações e esta pode ser definida, segundo STAIR; REYNOLDS (2022), como o conjunto de fatos organizados de maneira que possuem valor adicional, além do valor dos fatos individuais.

Partindo do pressuposto de que, dentre os diversos problemas encontrados no dia a dia das escolas, principalmente nas públicas, aqueles que mais refletem o fracasso da educação para a vida de uma grande massa de alunos são os de natureza social, nota-se que a ausência de uma equipe educativa que trabalhe com consciência social no desenvolvimento de seu planejamento educacional, o descompromisso dos pais no que se refere à vida escolar de seus filhos, bem como a falta de envolvimento da sociedade local com determinadas propostas pedagógicas da escola e, por parte dos alunos, a falta de perspectiva de sucesso

social para investir mais no seu futuro, se mostram empecilhos para a construção de uma sociedade mais justa e crítica.

Dito isso, fica claro qual a função da escola, que é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo. Sendo assim, Heloisa Lück afirma que:

Já é amplamente reconhecido que a qualidade da educação se assenta sobre a competência de seus profissionais em oferecer para seus alunos e a sociedade em geral experiências educacionais formativas e capazes de promover o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao enfrentamento dos desafios vivenciados em um mundo globalizado, tecnológico, orientado por um acervo cada vez maior e mais complexo de informações e por uma busca de qualidade em todas as áreas de atuação. (2009, p. 12).

Segundo Hora (2002), a escola é um espaço de livre circulação de ideologias no qual são difundidas concepções, ao mesmo tempo que permite a ação dos intelectuais orgânicos rumo ao desenvolvimento de práticas educacionais em busca da democratização. A escola, como uma instituição que deve procurar a socialização do saber, da ciência, da técnica e das artes produzidas socialmente, deve estar comprometida politicamente e ser capaz de interpretar as carências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder às demandas sociais.

É importante ressaltar que há uma enorme dificuldade para gerir uma escola, levando em consideração o número de desafios do cotidiano escolar (SCALABRIN; MOLINARI, 2013). Tal realidade implica na necessidade de que o profissional responsável pela gestão e administração escolar tenha conhecimento de toda metodologia que precisará ser trabalhada no seu dia a dia. Isso porque o profissional que estará à frente da escola terá que lidar com diversos problemas tanto de cunho pedagógico quanto de questões administrativas, e a forma como ele irá lidar com tais demandas influenciará diretamente nos alunos (VEIGA, 1998). As constantes mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no mundo requerem que a escola e quem tiver a frente dela atenda a estas novas exigências.

No que tange à educação a nível estadual, observou-se um expressivo aumento no número de instituições de ensino de caráter militar e militarizadas no estado do Maranhão, por intermédio de convênios estabelecidos com a Secretaria

de Educação e as prefeituras municipais, têm favorecido a expansão e criação de estabelecimentos de ensino de cunho militar em todo o território estadual (SENA, 2021).

As unidades, tanto as novas quanto as já existentes, estão sobre a gestão de oficiais militares formados na ABMJM\UEMA através do Curso de Formação de Oficiais (CFO - BM). Porém, no que diz respeito aos conhecimentos sobre gestão escolar, esses oficiais não possuem instrução oriunda do seu período de curso, fazendo com que a ausência de tal conhecimento possa causar algum prejuízo na sua atuação na área, e visando evitar tal fato, os mesmos, na maioria das vezes, buscam cursos para se especializarem e darem um norte para sua carreira no ambiente escolar.

2 METODOLOGIA

A realização da pesquisa proposta necessita de procedimentos metodológicos que se originam na abordagem qualitativa que permite analisar as possíveis respostas, para o entendimento efetivo da realidade dos oficiais egressos do CFO - BM em relação a percepção de preparo para o ambiente escolar. A construção desse estudo, se valerá de duas fontes de evidência: a análise documental biográfica e a pesquisa qualitativa por intermédio de aplicação de questionários junto aos alunos do CFO-BM e de oficiais impactados pela proposta de implantação da nova disciplina.

A coleta de dados foi feita através de artigos encontrados no Portal de Periódicos da Capes e na plataforma de pesquisa de documentos científicos *Google Acadêmico*, além de resultado dos questionários aplicados a alunos do 3º ano do curso CFO-BMMA e aos oficiais gestores de unidades escolares do CBMMA. A pesquisa de cunho bibliográfico será elaborada com base em material já publicado e tradicionalmente esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos (GIL, 2002).

Para Biklen e Bogdan (1994, *apud* MOREIRA, 2011) por meio da pesquisa etnográfica é possível ao pesquisador se inserir na vida do objeto de estudo do caso. Este processo caracteriza-se pela distensão, ou seja, trata-se de um processo longo, no qual é necessário bastante reflexão e estudo para que o pesquisador consiga se expressar com clareza e fazer sua descrição, através de palavras, dos acontecimentos, comportamentos e todas as experiências vividas com determinado povo. Nesse sentido, VIEGAS (2007, *apud* MOREIRA, 2011), corrobora a visão de Biklen e Bogdan, onde diz que a:

[...]etnografia é um método de pesquisa oriundo da antropologia social, cujo significado etimológico pode ser “descrição cultural”. Assim, ela representa a tentativa de estudar a sociedade e a cultura, seus valores e práticas, a partir de sua “descrição densa”... (VIEGAS, 2007, p. 104 *apud* MOREIRA, 2011).

A Etnografia, neste projeto, será desenvolvida com a participação, não só do autor do trabalho, mas também dos alunos do 3º ano do CFO-BM e de seus

superiores do CBMMA. Para Marcelo Dantas e Vanessa Cavalcante (2006, p 02, *apud* NOGUEIRA, 2019), a pesquisa qualitativa:

[...] Mostra aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. É utilizada quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação. (DANTAS; CAVALCANTE, 2006, p. 02).

Nesse contexto, o presente trabalho de conclusão de curso objetiva elucidar particularidades do seguinte problema: como preparar os oficiais para atuar na gestão das escolas militares de acordo com o que é previsto na PPP (Projeto Político Pedagógico) e a importância da implantação da disciplina de gestão escolar no CFO - BM. Nessa investigação, aborda-se questões referentes à importância que a inserção dessa disciplina tem para o desempenho do oficial que irá atuar nas escolas com classes multisseriadas e os importantes conceitos para a análise do papel do Gestor Escolar e seus principais desafios.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

No presente tópico serão discutidos temas que precedem o entendimento ao tema proposto pelo trabalho. Para melhor compreensão da importância da implantação da disciplina de gestão escolar na grade do CFO-BM, serão discutidos subtópicos revisando a história da corporação no Maranhão e no Brasil, além de subtópicos específicos revisando os desafios da gestão escolar no âmbito da educação, em especial, em unidades militares e militarizadas.

3.1 HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS NO BRASIL E NO MARANHÃO

Os incêndios sempre causam prejuízos, sendo função dos bombeiros prevenir, erradicar ou diminuir seus danos, realizando suas ações de forma eficiente (CBMDF, 2009). O dever de proteger vidas, propriedades e recursos naturais implica uma responsabilidade compartilhada por todos os cidadãos em uma sociedade, porém, a atribuição de tal tarefa recai especialmente sobre aqueles profissionais que se dedicam, de maneira rotineira e exclusiva, a esse propósito nobre, ou seja, os bombeiros. Com o passar do tempo, este serviço se tornou essencial para a sociedade e, assim como os demais, precisou ser estruturado, obtendo assim um caráter essencialmente público devendo então, desde logo, ser enfatizado o trabalho efetivo desempenhado pelos bombeiros profissionais empregados pelo Estado. Segundo Vargas e Silva (2003, p.5):

“Sabe-se que a segurança absoluta, em qualquer situação de nossas vidas, é uma condição inviável de ser alcançada, pois a segurança é proporcional ao custo para obtê-la. Assim, não se deve procurar a segurança absoluta, mas sim a melhor solução possível, levando em conta a segurança e o seu custo”

Neste contexto, ao que se tem notícia, os romanos foram os primeiros a fundar uma organização propriamente dita relacionada ao combate à incêndio. Conforme descreve documento do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA (2015), *apud* DA SILVA (2015), em trecho retirado da obra “Crime Omissivo Impróprio na Atividade Bombeiro Militar: Análise Teórica e Jurisprudencial”:

Em todas as cidades do Império Romano também estavam regulados estes serviços, mas como abordamos no início deste capítulo os bombeiros surgiram por necessidade, quase sempre depois de um grande incêndio, e foi assim, que surgiu o primeiro bombeiro, segundo registros históricos, quando a capital do Império Romano, foi devastada por um grande incêndio no ano 22 a.C., e por esta razão, o Imperador César Augusto, preocupado por este acontecimento, decidiu na criação do que se pode considerar como o primeiro corpo de Bombeiros, cujos integrantes se chamavam “vigiles”, responsáveis pela segurança de Roma. Este corpo serviu até a queda do Império Romano (476 d.C.). Este, é o primeiro corpo organizado que se conhece na história, dedicado exclusivamente a função de bombeiro. (DA SILVA, 2015, p.14)

No Brasil, a história do Corpo de bombeiros militar tem início ainda no período Colonial, quando diversas ocorrências de incêndio, principalmente no período da noite faziam com que o povo se unisse e através de baldes com água tentassem apagar as chamas. Na obra de Aste (1991, *apud* NUNES, 2014), a ocorrência de incêndios durante o período noturno era ainda mais complexa, ocasionando diversos outros transtornos como atropelamento e desorganização aos envolvidos:

Ainda conforme Aste (1991, p. 21), para os trabalhos nos incêndios corriam as milícias, aguadeiros e voluntários que combatiam empiricamente as chamas com os poucos meios disponíveis. O trabalho era dificultado pelas construções em madeira e o arruamento estreito e irregular. Quando irrompiam à noite, os incêndios vitimavam muitas pessoas, pela dificuldade de evacuação dos locais em face à precária iluminação existente.

Por este motivo, surge então a primeira “norma antipânico” emitida pelo Vice-Rei Luís de Vasconcelos, que em ofício à Câmara datado de 12 de julho de 1788, determinou que todos deveriam iluminar a frente de suas casas, a fim de evitar o “atropelamento” que gerava em alguns casos mais vítimas que o próprio acidente primário. (NUNES, 2014, *apud* PESSOA JUNIOR, 2018)

No ano de 1856, no dia 02 de julho, o então Imperador D. Pedro II (1825 – 1891) assina o decreto de nº 1.775, que tinha como função regular o serviço de Extinção de Incêndios, conforme destaca (BRASIL,1956, *apud* NUNES (2014):

Mais tarde, por meio do Decreto nº 1.775, de 02/07/1856, assinado por D. Pedro II, instalou-se no Rio de Janeiro (então capital do Império), o serviço de extinção de incêndio. Porém, enquanto não fosse definitivamente organizado o corpo de bombeiros, o serviço de extinção seria executado por operários dos arsenais de guerra e marinha, das obras públicas e da casa de correção, sendo criada e organizada em cada uma dessas repartições uma 11 seção destinada a esta atividade. Esta seção formava o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, sendo o seu primeiro Comandante um oficial superior do Corpo de Engenharia

do Exército, o Mj João Batista de Castro Moraes Antas, nomeado em 26 de julho de 1856.

Segundo o que aponta AQUINO (2018), nessa época, pouco se sabia a respeito das diversas funções atribuídas aos bombeiros de modo que seus primeiros designados foram membros do Arsenal de Guerra e da Marinha brasileira, os trabalhadores das obras públicas e aos presos da Casa da Correção, devido ao fato de não haver nenhuma corporação organizada ainda naqueles dias. Em cada um destes lugares foi criada uma seção de homens preparados para desempenhar a função, estes seriam comandados por um oficial do Corpo de Engenheiros.

Logo no final do século XIX, o Corpo de Bombeiros da Corte foi novamente reformado a partir do decreto nº 9.829 de 1887. Neste dizia que a idade máxima para ingressar o corpo de bombeiros era de 30 anos, exigindo maior preparo dos candidatos. Além disso, foram criadas cinco estações a fim de expandir os serviços prestados, são estas: estação Central, Norte, Sul, Leste e Oeste. (BRASIL,1987)

Com relação às legislações atuais e decorrentes do artigo 144 da Nossa Carta Máxima ao tratar sobre a segurança pública no Brasil, podemos destacar o que preceitua DA SILVA (2015):

Neste sentido, torna-se relevante esclarecer que a segurança pública está atrelada, também, à busca constante de proteção à população do fogo, nas águas, nas vias públicas e quando afetados por problemas de saúde que oferecem riscos de morte. Assim, pode-se afirmar que ao proteger a vida dos cidadãos de diferentes formas, o Corpo de Bombeiros atua no sentido de manter a ordem e a segurança pública de forma geral. (...) A atividade fim do órgão é a prevenção e combate aos sinistros, de qualquer natureza ou emergências que venham ameaçar vidas humanas, patrimônios e meio ambiente, que não dizem respeito à matéria criminal, porque se substancia na prevenção e combate aos incêndios, busca e salvamento, socorros de emergência em caso de acidentes, vistoria técnica de construções e locais de eventos e, ainda, na execução de ações de defesa civil. Esta gama de atividades do Corpo de Bombeiros diz respeito, isto sim, à tranquilidade pública e salubridade pública, ambas integrantes do conceito de ordem pública. (...) Há que se esclarecer que, de forma geral, não cabe aos bombeiros militares atuar no policiamento ostensivo e preventivo, concentrando-se em atividades

de grande utilidade pública geral, como o controle aos incêndios, busca e salvamento de indivíduos em locais de difícil acesso, como montanhas, matas, etc., salvamentos no mar, quando necessário, além de atuarem na defesa civil. (grifos nossos)

Após este breve histórico dos bombeiros militares no Brasil e, com relação à pesquisa realizada, esta é classificada quanto à sua natureza como uma pesquisa básica. Este tipo de pesquisa tem o objetivo de gerar conhecimentos sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.2 A HISTÓRIA DO CORPO DE BOMBEIROS NO ESTADO DO MARANHÃO

O Corpo de Bombeiros iniciou suas atividades no Estado do Maranhão, nas décadas de 60 e 70, sendo apenas uma Companhia da Polícia Militar. A partir da promulgação da Lei nº 294, editada em 16 de abril de 1901, que autorizava a criação de um serviço de combate ao fogo, ficou instituída a corporação. No entanto, somente em 1903, o serviço de bombeiro militar foi efetivado no Maranhão, o que se deu após ato administrativo realizado pelo Vice-Governador Alexandre Colares Moreira Júnior. Após Autorização, foi criada uma seção do corpo de bombeiros com competência para combater incêndios. Além do comandante instituído, o Alferes Aníbal de Moraes Souto, a primeira equipe também contava com três sargentos, um furriel, dois cabos e trinta soldados (MARANHÃO, 2021).

Já no ano de 1926, a pequena seção de bombeiros foi incorporada à Polícia Militar a partir da aprovação da Lei nº 1.264/1926. De acordo com dados encontrados a respeito do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão (MARANHÃO, 2021) “o serviço funcionava precariamente; por isso, no governo Paulo Ramos foi recriada a Seção de Bombeiros, cujo efetivo recebeu treinamento específico. Em 1957 o Corpo de Bombeiros foi transferido para a administração estadual”. Além disso, importa citar que:

Mesmo com todas essas mudanças de caráter administrativo a prestação de serviço do Corpo de Bombeiros foi se construindo do trabalho de combate ao fogo. Em 1975 o governo estadual firmou um convênio com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Portuária –

INFRAERO que permitiu a instalação de Seção de Combate a Incêndio no Aeroporto Cunha Machado com o objetivo de prestar socorro imediato às vítimas de acidentes com aeronaves. [...] Iniciou uma nova etapa em suas atividades administrativas, implementando as ações já existentes e implementando novos serviços, num trabalho que se complementou a cada Comandante que assumiu a corporação. Um dos marcos da história do CBMMA foi a instalação, em 1999, do Serviço de Atendimento Pré-hospitalar, um dos mais importantes que o Corpo de Bombeiros presta à população. A década de 90 representou um notável crescimento qualitativo para a Corporação que consolidou uma nova estrutura administrativa e absorveu novas atividades, como vistorias, perícias e significativos trabalhos de prevenção (MARANHÃO, 2012, não paginado)

Hoje em dia, o CBMMA possui diversas unidades de bombeiros militares, tanto na Capital quanto no interior do Estado, bem como possui diretorias e seções relacionadas à atividade.

É reconhecido pela Lei Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, a ativação de Postos de Bombeiros Militar-PBM para melhor atendimento em determinada região, conforme diz na LOB, Capítulo IV, Art. 28, § 1º:

As Unidades Operacionais em nível de Batalhão de Bombeiros poderão ser estruturadas em até 03 (três) Companhias e, estas, criadas por lei, podem ter quantos Postos de Bombeiros forem necessários ao atendimento da região para cumprimento do Plano de Emprego pelo comando da Corporação prevendo os locais estratégicos para ativação dos Postos de Bombeiros e a qual Companhia ficará subordinado em sua área de circunscrição.

Atualmente, São Luís- MA, conta com unidades operacionais de atendimento as ocorrências localizadas no bairro centro (1º Batalhão de Bombeiros Militar - 1º BBM - na Avenida Alexandre de Moura s/n no centro da cidade); no bairro da COHAB (2º Batalhão de Bombeiros Militar - 2º BBM - na Rua Padre Vieira); no porto do Itaqui (16ª CIBM); no bairro do Calhau (Batalhão de Bombeiros Ambiental - BBA - está sediado na na rua 41, s/n); e no bairro do Santo Antônio (batalhão de Busca e Salvamento).

3.3 ESCOLA, EDUCAÇÃO, GESTÃO ESCOLAR E SEUS CONCEITOS

A palavra “*Educação*” se origina do latim que tem o significado de extrair, tirar, desenvolver. Isso está diretamente relacionado à formação do homem no decorrer de sua vida. De forma que, ela funciona como formadora de mão-de-obra e da consciência social. Émile Durkheim, descreve a educação:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente se destina” (DURKHEIM *apud* BRANDÃO, 1997 p.71).

É sabido que para o desenvolvimento da sociedade é essencial a formação individual do ser humano. Para o coletivo, tal formação será agregada para que a sociedade consiga utilizar em prol de todos. No entanto, promover um ambiente que forneça ajuda nesse tipo de desenvolvimento e promova seu aprimoramento é uma das funções do Estado, tal ambiente acaba por ser as escolas. Logo, “um processo de desenvolvimento que efetivamente considere o homem como preocupação central, terá a educação como setor fundamental.” (SAVIANI, 1987)

De acordo com VYGOTSKY (1988), a natureza humana é o resultado de um processo de interiorização da experiência cultural que é transmitida através das gerações. Portanto, a chave da compreensão do desenvolvimento humano está nas relações dialéticas que ocorreram entre o indivíduo e seu meio. A natureza influi na conduta humana, ao mesmo tempo em que o ser humano modifica e cria suas próprias condições de desenvolvimento.

Na busca de aprimorar tais capacidades deve-se levar em consideração os diversos aspectos da vida do indivíduo, tal como família e a escola. Para Haddad (2006), é na aproximação da instituição educativa com a família, que nos incentiva a repensar a contribuição de ambas para o desenvolvimento infantil, uma vez que a família ainda é vista como responsável pela educação da criança. Inicialmente, a família é essencial para a formação da personalidade. Já a instituição escolar tem como atribuição primordial fomentar a capacidade intelectual, além de promover e estimular o desenvolvimento do pensamento crítico-analítico do indivíduo.

Todo esse processo de autodesenvolvimento do educando começa no

seio da família, continua na escola e nos outros meios sociais em que o indivíduo se encontra inserido. Quando a criança tem o afeto da família e das outras pessoas que convivem com ela, tem facilitada sua interação no meio em que vive o que lhe propicia um desenvolvimento ideal, conforme afirmam Akiyama; Silva (2010).

Ciente da relevância das escolas e da educação nas relações para o desenvolvimento humano e pensando na função da escola:

Voltada para a realização plena do ser humano e, é importante que se diga de todos os seres humanos do país, num momento de escolarização em massa que, finalmente, o país atinge. Tal realização plena do ser humano – crianças, jovens ou adultos – é alcançada por meio da convivência e da ação concreta, qualificadas pelo conhecimento. (PENIN; VIEIRA, 2002, p.28)

No Brasil, a educação, por sua vez, adquire alcance de direito social (fundamental), inserindo-se na Constituição de 1988, no rol do caput, do artigo 6º e expandindo sua matéria nos artigos 205 a 214. A educação, assim, tem a garantia constitucional de não ser apenas assistida pela família, mas que deve ser provida pelo Estado (art. 205). Firma-se assim, pela primeira vez, nas Constituições brasileiras, a importância da educação como garantia e perspectiva real de mudança da sociedade. Conforme dispõe o artigo 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 2015).

Para Robert Alexy (1997, p. 29) são considerados fundamentais aqueles direitos inerentes à pessoa humana pelo simples fato de ser considerada como tal, trazendo consigo os atributos da universalidade, da imprescritibilidade, da irrenunciabilidade e da inalienabilidade. De forma que o direito a educação é um fator principal para que uma sociedade seja justa e igualitária. Vale ressaltar que há uma diferença entre os conceitos de direitos humanos e direitos fundamentais, segundo Ingo Sarlet (2004, p. 335-336) :

Em que pese sejam ambos os termos (“direitos humanos e “direitos fundamentais) comumente utilizados como sinônimos, a explicação corriqueira e, diga-se de passagem, procedente para a distinção é de que o termo “direitos fundamentais” se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão “direitos humanos” guardaria relação com os documentos de

direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional).

Como afirma Pereira (2007), para uma análise da transformação da educação nos dias de hoje é necessário observar principalmente a parte administrativa da escola, tendo em vista que esta nunca se desassocia do pedagógico. Para valorizar a autonomia de uma determinada instituição educativa é necessário rever e repensar os sujeitos inseridos no processo de sua administração e o papel que cada um desempenha. Vale também considerar a participação que a sociedade dispensa à instituição local.

Segundo Paulo Freire (2001), “o Brasil foi “inventado” de cabeça para baixo, Autoritariamente. Nesse sentido, a escola tem como papel social a tarefa de, principalmente, encaminhar ações por meio de processos educativos que venham despertar o compromisso social dos indivíduos, das entidades e dos grupos sociais, objetivando fazer uma só aliança, capaz de promover mudanças e transformações no cumprimento do dever educacional, da preparação e formação de alunos que sejam cidadãos portadores de uma nova visão de mundo reinventado, através da criticidade e da participação (GADOTTI, 2001). Ainda de acordo com GADOTTI (2001), a pedagogia é revolucionária, significa que ela não esconde as relações existentes entre educação e sociedade, entre educação e poder, ou seja, ela não esconde o papel ideológico, político, da educação.

De acordo com Gandin (1998) a educação, a transmissão do ensino e toda ação pedagógica precisam ser pensados, planejados e contextualizados de modo que possam trazer significados substanciais a todos os envolvidos. Cabe, então, aos gestores da instituição de ensino o papel fundamental de articular o Projeto Político Pedagógico e o currículo da escola, numa atuação dinâmica que envolva todo o processo de planejar, organizar, coordenar, dirigir e avaliar, voltado para a realidade escolar.

A escola, tem o compromisso de ir além da simples transmissão do conhecimento sistematizado, deve agir de acordo com as necessidades de desenvolvimento individual e social. As escolas precisam favorecer métodos

de obter as aprendizagens e possibilitar os diferentes saberes, precisa preparar os alunos para uma aprendizagem permanente, que tenha continuidade mesmo após o término da escola, isto é, preparar o indivíduo para a vida. Uma sociedade que atende a exigência de cumprir sua obrigação educacional para com seus membros, apresenta consciência de que sua cultura é uma unidade orgânica e que sua civilização é uma herança nacional. (MARSHALL, 1967)

Considerando essa visão mais ampla dos reflexos positivos e essenciais que a educação oferece para o desenvolvimento do indivíduo, é importante ressaltar a declaração de DALLARI (1998, p. 47) que apresenta a “educação como um processo de aprendizagem e aperfeiçoamento por meio do qual as pessoas se preparam para a vida”.

Numa visão mais abrangente, a importância do tema está nessa capacidade da educação de promover o desenvolvimento social, pois na medida em que fornece condições para a integração desse indivíduo em sociedade, manifesta sua intrínseca relação com o desenvolvimento social. Essa forte relação pode ser corroborada pela declaração de Marshall que expõe a educação como um direito que implica num dever dos cidadãos para com a sociedade, uma vez que “o dever de autoaperfeiçoamento e de auto civilização é um dever social e não somente individual porque o bom funcionamento de uma sociedade depende da educação de seus membros” (MARSHALL, 1967, p. 74).

De acordo com o exposto, a educação como fator primordial ao exercício da cidadania pode ser considerada uma das formas de minorar as desigualdades sociais, entretanto, é importante ressaltar o fato de que a educação está inserida nas concepções e nos moldes do modelo social existente (SAVIANI, 1987).

3.4 GESTÃO ESCOLAR E O PAPEL DO GESTOR NAS ESCOLAS

A sociedade, desde seus primórdios até a atualidade vem passando por constantes mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no mundo requerendo que a escola atenda sempre a essas mudanças e desenvolva seu conteúdo de acordo com elas. Segundo Penin:

A escola representa a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado. Assim, a sua função social varia, relacionando-se aos mais diferentes momentos da história, as culturas, conforme a região e povos que constituem a comunidade escolar. As constantes mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas no mundo requerem que a escola atenda a estas novas exigências (2001. p.17).

Com o propósito de incitar uma reflexão acerca da gestão escolar e de sua pertinência, é oportuno salientar, primeiramente, que o responsável pela condução desse processo não apenas deve possuir uma liderança fundamentada na orientação dos alunos em direção à sociedade, mas também garantir uma participação efetiva de todos os envolvidos. Um gestor que esteja ciente das diversas mudanças ocorridas na sociedade no decorrer dos anos proporcionando o estímulo necessário para os alunos. “Só será possível exigir qualidade se a equipe gestora for composta de pessoas capacitadas, uma vez que a gestão de uma escola não depende exclusivamente do diretor, mas da equipe envolvida.” (SENA, 2014 p. 13). Desse modo está lançado o desafio, a todos aqueles que se preocupam com a educação da criança pequena e conseqüentemente com a qualidade do trabalho pedagógico (MORENO, 2007, p. 62).

Pensando na formação do gestor, Sena (2014) ressalta que para o desenvolvimento do processo educacional com a qualidade esperada por todos, necessariamente o gestor e sua equipe, que está frente do processo, deve ter uma formação de qualidade que lhe favoreça uma análise de suas funções e práticas cotidianas de acordo com o esperado.

A gestão escolar participativa destina-se a realizar o planejamento, a organização e a coordenação, dentre outras atividades, necessários à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da

aprendizagem e formação dos alunos; por isso, tende a influenciar na prática educacional da escola, cujas consequências podem ser positivas ou negativas. (LUCK, 2009).

A gestão da educação é responsável por garantir a qualidade de uma “mediação no seio da prática social global” (SAVIANI, 1980 *apud* FERREIRA, 2000, p. 120), que se constitui no único mecanismo de humanização do ser humano, que é a educação, a formação humana de cidadãos.

No que diz respeito à importância do gestor escola e no que tange suas competências, conforme afirma Sena (2014), o gestor tem inúmeras funções dentro da instituição de ensino, dentre elas a Autora destaca em seu estudo as seguintes: cuidar das finanças da escola; prestar contas à comunidade do uso dos recursos; conhecer a legislação e as normas da Secretaria de Educação; identificar as necessidades da instituição e buscar soluções junto às comunidades interna e externa e à Secretaria de Educação; prezar pelo bom relacionamento entre os membros da equipe escolar, garantindo um ambiente agradável; assegurar-se de que a escola esteja limpa e organizada; garantir a integridade física da escola, tanto na manutenção dos ambientes quanto dos objetos e equipamentos; conduzir a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP); mobilizando toda a comunidade escolar para esse trabalho e garantindo que o processo seja democrático até o fim; acompanhar o cotidiano da sala de aula e o avanço na aprendizagem dos alunos; ser parceiro do coordenador pedagógico na gestão da aprendizagem dos alunos; incentivar e apoiar a implantação de projetos e iniciativas inovadoras, provendo o material e o espaço necessário para seu desenvolvimento; gerenciar e articular o trabalho de professores, coordenadores, orientadores e funcionários, mantendo a comunicação com os pais e atendê-los quando necessário.

Paro (1997 *apud* KRAWCZYK 1999), quando fala em gestão da escola, refere-se as relações de poder no interior do sistema educativo e da instituição escolar e ao caráter regulador do Estado e da sociedade no âmbito educacional. As expectativas em relação as mudanças da gestão escolar, evidenciam as relações contidas no âmbito escolar.

O gestor escolar tem por obrigação ser um dos maiores conhecedores do processo de aprendizagem e na escola irá pesquisar e conhecer os

princípios empregados pela instituição, interagindo com todos os profissionais que ali atuam para a construção do saber do aluno. Mas, não menos importante, deverá conhecer os anseios e desejos do aluno e sua família.

Para o cumprimento do dever social, é preciso que aqueles que estão a frente das escolas tenham consciência dos elementos que compõem a sociedade incluídos os problemas sociais. De forma que, a educação deve ser vigilante perante as necessidades dos indivíduos e desenvolver conforme às necessidades dos estudantes, para que o ato de educar se concretize e atinja seus objetivos na sociedade.

Tendo o gestor escolar tantas atribuições como supracitado, percebe-se como é importante a gestão participativa e colaborativa. De acordo com Moreira (2013), a democratização e a descentralização de poder são palavras-chave, tanto no que diz respeito ao sistema de organização educacional, quanto ao espaço escolar. Para a Autora, a gestão educacional se entende como principal característica do reconhecimento à importância da participação efetiva e consciente de todos aqueles que compõem a estrutura da organização escolar, pensando em uma gestão escolar democrática. Assim sendo, a gestão não descarta a relevância da administração escolar, apenas a redimensiona, no sentido de impor os aspectos políticos, filosóficos e pedagógicos de cada escola e da comunidade. A partir dessa ideia, coloca-se a gestão educacional como um trabalho que deve propor soluções para o envolvimento da administração com a comunidade (professores, pais, alunos e funcionário), para que a mesma possa transformar a realidade do contexto em que está inserida, dessa forma.

Segundo Lück (2010, p. 23) “a gestão emerge para superar, dentre outros aspectos, carência”:

- a) de orientação e de liderança clara e competente, exercida a partir de princípios educacionais democráticos e participativos;
- b) de referencial teórico-metodológico avançado para a organização e orientação do trabalho em educação;
- c) de uma perspectiva de superação efetiva das dificuldades cotidianos pela adoção de mecanismos para a superação de seus problemas

Paro (2010), ao tratar da participação coletiva, defende que a prática de objetivos identificados com a transformação social e sua efetiva realização são

dois aspectos indissociáveis, enquanto prática transformadora, baseada em princípios de cooperação mútua entre os homens.

Segundo Libâneo (2010), a atuação dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola é uma forma de participação. Para o Autor, a participação pode dar-se como forma de conquista da autonomia da escola constituindo-se como prática formativa, elemento pedagógico, metodológico e curricular.

Paro (2010) define a gestão como a coordenação do esforço humano coletivo. Tendo em vista que cabe ao gestor, o papel de articulação do trabalho entre os setores administrativo e pedagógico, além de influenciar positivamente o grupo e promover um ambiente favorável na conquista dos objetivos. Esse profissional tem, além da responsabilidade de estreitar as relações com a sociedade, o desafio de comprometer o sistema de ensino do qual a escola faz parte, na busca por melhorias na educação, nas condições de trabalho dos profissionais e da vida da comunidade onde a instituição está inserida. Pois, de acordo com Lück:

É do diretor da escola a responsabilidade máxima quanto à consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento plenos dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido e controlando todos os recursos para tal. (LÜCK, 2004, p.32)

Para Lourenço Filho (2007), a escola é composta por atividades complexas que envolvem muitos agentes. Por isso, impõe a necessidade de distribuir tarefas, envolvendo a divisão do trabalho, levando assim a noção metódica de Organização e Administração. Lück (2006), afirma que a Gestão da educação vem justamente para alertar que uma escola não é composta por somente um gestor. Todos os agentes diretos ou indiretos são Autores e principalmente gestores da educação. Gil (2013) enfatiza que a importância de reorganizar a gestão escolar:

No Brasil, o processo de democratização da Gestão Escolar teve seu início na década de 1980, o objetivo era superar os entraves burocráticos e centralizadores na administração das escolas, sobretudo nos níveis mais básicos de ensino, e reorganizar a gestão, de modo a fortalecer a instituição escolar, dando-lhe maior autonomia, além de abrir para a participação da comunidade escolar de forma mais efetiva no seu

cotidiano bem como fortalecer a capacidade de gestão dos diretores escolares. (GIL, 2013. p.4)

Silva (2011) acrescenta que se faz necessária a interação entre os diversos setores administrativos e pedagógicos da escola para que o currículo possa ser de fato um instrumento de mobilização da construção coletiva do conhecimento escolar. É importante também que o currículo esteja em harmonia com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, pois enquanto este é um documento que contém leis, objetivos, metas, princípios, regras, propostas, estratégias concretas e diretrizes que uma instituição pretende realizar; o currículo é responsável por tornar tudo isso possível. Cabe aos dois, então, garantir um processo de mudança e de antecipação do futuro que imprima uma direção para que a escola melhor se organize, apresentando de forma clara o seu funcionamento e determinando suas prioridades.

Conforme visto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu art. 1º, traz conceituação da educação:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A educação tem como finalidade primeira a criação de condições que facilitem a aprendizagem do aluno e, como objetivo básico, liberar a sua capacidade de autoaprendizagem de forma que seja possível seu desenvolvimento tanto intelectual quanto emocional (MIZUKAMI, 1986, p.44-45).

Na mesma perspectiva segue Ribeiro (1986) o qual compreende que “o diretor é Autoridade por excelência na escola, ele manda em virtude de uma lei queo ampara e, também porque mandar é uma das competências inerentes ao seu cargo” (p. 236).

A LDB, conforme já exposto, é a lei magna da educação e deve ser utilizada para que se atinja o objetivo que a educação se propõe que é propiciar a formação dos indivíduos, entretanto, “mesmo tratando-se de uma lei maior da educação nacional, a importância de uma LDB para a sociedade brasileira é sempre relativa ao conteúdo que os atores conseguem nela inscrever” (BRZEZINSKI, 2000, p. 20) e na real contribuição para o exercício da cidadania.

Krawczyk (1999) chama a atenção para o importante papel articulador da

Gestão Escolar entre as metas e os delineamentos políticos educacionais e sua concretização na atividade escolar. Neste sentido, é possível pensar a Gestão Escolar como um espaço privilegiado de encontro entre o Estado e a sociedade civil na escola. E, conforme Chiavenato, há cinco pilares importantíssimos que devem ser utilizados na prática gestora:

1. Delegação de responsabilidade às pessoas pelo alcance de metas e resultados;
2. Liberdade para que todas as pessoas escolham métodos e processo de trabalho;
3. Atividade grupal e solidária, a equipe precisa estar coesa;
4. Participação da equipe nas decisões;
5. Autoavaliação do desempenho da própria equipe; (CHIAVENATO, 2004, p.166).

Sobre a Administração Escolar, pode-se dizer que há um conhecimento a ser produzido sobre o trabalho pedagógico e sua própria organização, tendo como objetivo melhorar a qualidade da formação dos sujeitos da educação. Oferecendo também um aumento da produtividade dos acadêmicos. (RUSSO, 2004).

Ainda segundo Ferreira (2000), a administração da educação, no contexto das transformações que se operam no mundo do trabalho e das relações sociais, na era da globalização e na chamada sociedade do conhecimento atravessa também uma fase de profunda transformação que se constitui num conjunto de diferentes medidas e construções que objetivam

Alargar o conceito de escola; reconhecer e reforçar sua autonomia e promover a associação entre escolas e a sua integração em territórios educacionais mais vastos e adotar modalidades de gestão específicas e adaptadas à diversidade das situações existentes, (BARROSO, 1998 apud FERREIRA, 2000, p. 11).

O gestor educacional tem o papel de buscar o equilíbrio entre os aspectos pedagógicos e administrativos, com a percepção que o primeiro se constitui essencial e deve privilegiar a qualidade, por interferir diretamente no resultado da formação dos alunos e o segundo deve dar condições necessárias para o desenvolvimento pedagógico. De modo que o gestor precisa utilizar quatro práticas que repassem segurança para a sua equipe:

1. Autoridade – dar poder às pessoas para que possam tomar decisões independentes sobre ações e recursos;

2. Informação – disseminar a informação e facilitar a tomada de decisões, buscando novos caminhos e soluções;
3. Recompensas – proporcionar incentivos;
4. Competências – ajudar as pessoas a aprender e desenvolver habilidades e competências para melhor utilizar a informação e a Autoridade. (CHIAVENATO, 2004, p.166).

Como visto nos anteriores, algumas mudanças estruturais da educação têm origem na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e na Lei de Diretrizes e Bases de Educação nº 9394/96 (BRASIL, 1996). Também, a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), cuja finalidade é a universalização do ensino e a criação de incentivo para a conclusão do ensino básico, dessa forma diminuir a desigualdade cultural em todo o país (BRASIL, 2001).

Atualmente, a sociedade vive a era da sociedade da informação. Assim o papel da escola e dos profissionais está em prover condições cognitivas e afetivas, que ajudarão o aluno a atribuir significados as mensagens e informações recebidas nas mais diferentes formas (LIBÂNEO, 2010).

Conforme Rossi (2006, p. 68), ao expressar que o gestor pedagógico “(...) esforça-se por unir, desafiar e fabricar, com fios separados e heterogêneos, um tecido escolar, comunitário e social, coerente e unido, em meios de conflitos, oposições, negociações e acordos”. Portanto, o profissional que assume a função de gestor escolar deve possuir o conhecimento básico das demandas do dia-a-dia escolar e as metodologias pedagógicas que pretende adotar durante sua gestão.

3.5 O PAPEL DO GESTOR NA REDUÇÃO DA EVASÃO ESCOLAR

O gestor escolar precisa estar atento sobre a importância do seu papel no esforço de implementar ações no sentido de promover a melhoria no ensino de sua comunidade e mobilizar todas as forças participativas para que, numa visão à longo prazo, imprima uma dinâmica no trabalho pedagógico, como prática social, orientando a ação diretiva na organização e execução do processo ensino-aprendizagem.

De acordo com a ementa Constitucional, (2009, nº 59): “Educação básica é obrigatória e gratuita à jovens de 4 a 17 anos de idade. É para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”.

Hoje, no Brasil existem leis que amparam a permanência do aluno na sala de aula, dando-lhes o direito ao conhecimento. Segundo a lei nº 8.069,13 julho de 1990 art. 53 reforça a garantia ao aprendizado. "Criança e adolescente tem direito à educação visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício de cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola". (LDB, 1990, Art. 53).

Nesse contexto, a evasão escolar se apresenta como a grande vilã das escolas. Esta ocorre sempre que existe "a interrupção no ciclo de estudo, causa prejuízo social e humano em qualquer nível de educação" (KACHINSKI, 2008, *apud* TEIXEIRA, 2012).

A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao exercício de expedientes maquiadores ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado, já contando com a 'desistência' de muitos ao longo do período letivo. Que pese a propaganda oficial sempre alardear um número expressivo de matrículas a cada início de ano letivo, em alguns casos chegando próximo aos 100% (cem por cento) do total de crianças e adolescentes em idade escolar, e de antemão já se sabe que destes, uma significativa parcela não irá concluir seus estudos naquele período, em prejuízo direto à sua formação e, é claro, à sua vida, na medida em que os coloca em posição de desvantagem face os demais que não apresentam defasagem idade-série (DIGIÁCOMO, 2011, *apud* BISSARO, 2021).

A respeito da problemática, Queiroz (2002) diz que: de certa maneira os estudos a respeito do fracasso e da evasão escolar, pressupõe que ele é causado por duas abordagens diferentes, uma delas por fatores externos a escola, como o trabalho, as desigualdades, a criança e a própria família. E por outra perspectiva, fatores internos, como a própria escola, o professor, a metodologia e a forma como o gestor escolar atua.

Sendo a evasão escolar um dos assuntos que mais tem merecido a atenção de organismos nacionais e internacionais, os gestores são fundamentais no papel de líderes das escolas e como tal devem promover a conscientização de que com técnicas mais eficientes e atraentes, podendo motivar os alunos a

vir e permanecer na escola. A evasão escolar é o maior desafio a ser enfrentado na educação brasileira.

3.6 OS ASPECTOS DAS ESCOLAS MILITARES E MILITARIZADAS NO BRASIL E NO MARANHÃO.

Ao tratarmos da gestão escolar nas escolas militares, ter feito um resumo a respeito da história do Corpo de Bombeiros no Brasil e no Maranhão, além dos conceitos sobre escola, educação, gestão escolar é de suma importância para falar sobre o papel dos oficiais que estão a frente das escolas militares. Assim, este capítulo do estudo traz dados importantes para a construção da pesquisa, buscando fazer ligações entre a história da Educação nas escolas militares e militarizadas e os marcos legais delas.

Charlot (2002, p. 434) afirma que a violência escolar assume três formas: a violência na escola, a violência à escola e a violência da escola. A primeira ocorre dentro da escola sem relação com a natureza ou atividades da instituição escolar.

A violência à escola visa diretamente a instituição ou seus representantes. Sendo provocada pelos estudantes, ela se relaciona à natureza e às atividades escolares.

A violência à escola deve ser analisada junto à violência da escola, que é resultado da ação escolar. Pode-se considerar como violência da escola a maneira como a instituição trata seus estudantes como a composição das turmas, a atribuição de notas, atos de injustiça, palavras irônicas, ou seja, atitudes que podem ser nocivas para os estudantes e até mesmo para sua formação.

Por isso vale ressaltar que o ambiente escolar deve propiciar a sementeira de valores fundamentais para o desenvolvimento dos indivíduos, sendo que esses valores garantem a articulação social.

As atividades desenvolvidas no interior de uma escola são as formadoras dos indivíduos tendo muita influência na formação do caráter e da consciência de cada um para compreensão de sua realidade, sendo que a aprendizagem tem sentido a partir do momento que propicia o desenvolvimento

dos indivíduos. (MACHADO; ANICETO, 2010).

Fazendo uma primeira aproximação sobre como os Colégios Militares se organizam, verifica-se que o Art. 6º do Regulamento dos Colégios Militares (R-69). Brasil (2008, p. 4) prevê a seguinte composição:

A organização geral dos CM é variável e tem a seguinte composição: I - Direção de Ensino; II - Subcomando (S Cmdo); III - Subdireção de Ensino e Divisão de Ensino (Sdir Ens e Div Ens); IV - Corpo de Alunos (CA); V - Divisão Administrativa (Div Adm); VI - Divisão de Pessoal (Div Pes) ou Ajudância-Geral (Aj G); e VII - outros setores definidos nos respectivos organogramas em função das características de cada CM.

Na tentativa de diminuir os índices de violência nas escolas e melhorar a qualidade de ensino que o número de escolas militares no Brasil teve um considerável aumento nos últimos anos de forma que foi criado o Decreto nº 9.665/2019, foram publicados o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e a Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019, que regulamenta a implantação do PECIM em 2020.

O Decreto nº 10.004/2019 (Anexo A) está dividido em nove capítulos que tratam das disposições gerais, princípios e objetivos, diretrizes, competências, modelo, público-alvo, implementação, avaliação e certificação e disposições finais.

Alguns pontos deste Decreto merecem destaque. A finalidade do PECIM, segundo artigo 1º do Decreto, é: “promover a melhoria da qualidade da educação básica” (BRASIL, 2019a), que é uma das metas do PNE 2014-2014 (BRASIL, 2014).

No que tange à Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, lei 10.230/2015, traz em seu artigo 1º que o CBMMA é força auxiliar do exército e órgão central do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, instituição baseada na hierarquia e disciplina. Suas competências são listadas no artigo 2º da mesma lei, cabendo-lhe:

Art. 2º - Ao Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, órgão com competência para atuar no âmbito do Estado, cabe:

I - Desenvolver a política Estadual de Proteção de Defesa Civil, nas ações de proteção da incolumidade e do socorro das pessoas em caso de infortúnio ou de calamidade;

II - Prestar socorro nos casos de inundações, alagamentos, deslizamentos, desabamentos e/ou catástrofes, sempre que houver ameaça de destruição de haveres, vítimas ou pessoas em iminente perigo de vida;

III - Exercer atividades de polícia administrativa para os serviços de Segurança Contra Incêndio e Pânico e de Salvamento, podendo, por meio de estudos, vistorias, análises, planejamento, fiscalização e controle de edificações, embargar, interditar obras, serviços, habitações e locais de diversões públicas que não oferecerem condições de segurança e de funcionamento;

IV - Controlar e fiscalizar a formação de guarda-vidas em meio aquático;

V - Realizar serviços de busca e salvamento de pessoas, animais, bens e haveres;

Para Oliveira (2016, p.46), o mito da cultura do medo e da violência tem fortalecido a ideia de que é necessário preparar as instituições para agirem de forma dura contra as “ameaças”. Nesse cenário, não é de se admirar a aceitação do processo de militarização na área da educação. Segundo o governo, a militarização é essencial para:

I) a melhoria da qualidade do ensino;

II) a melhoria da noção disciplinar de alunos e;

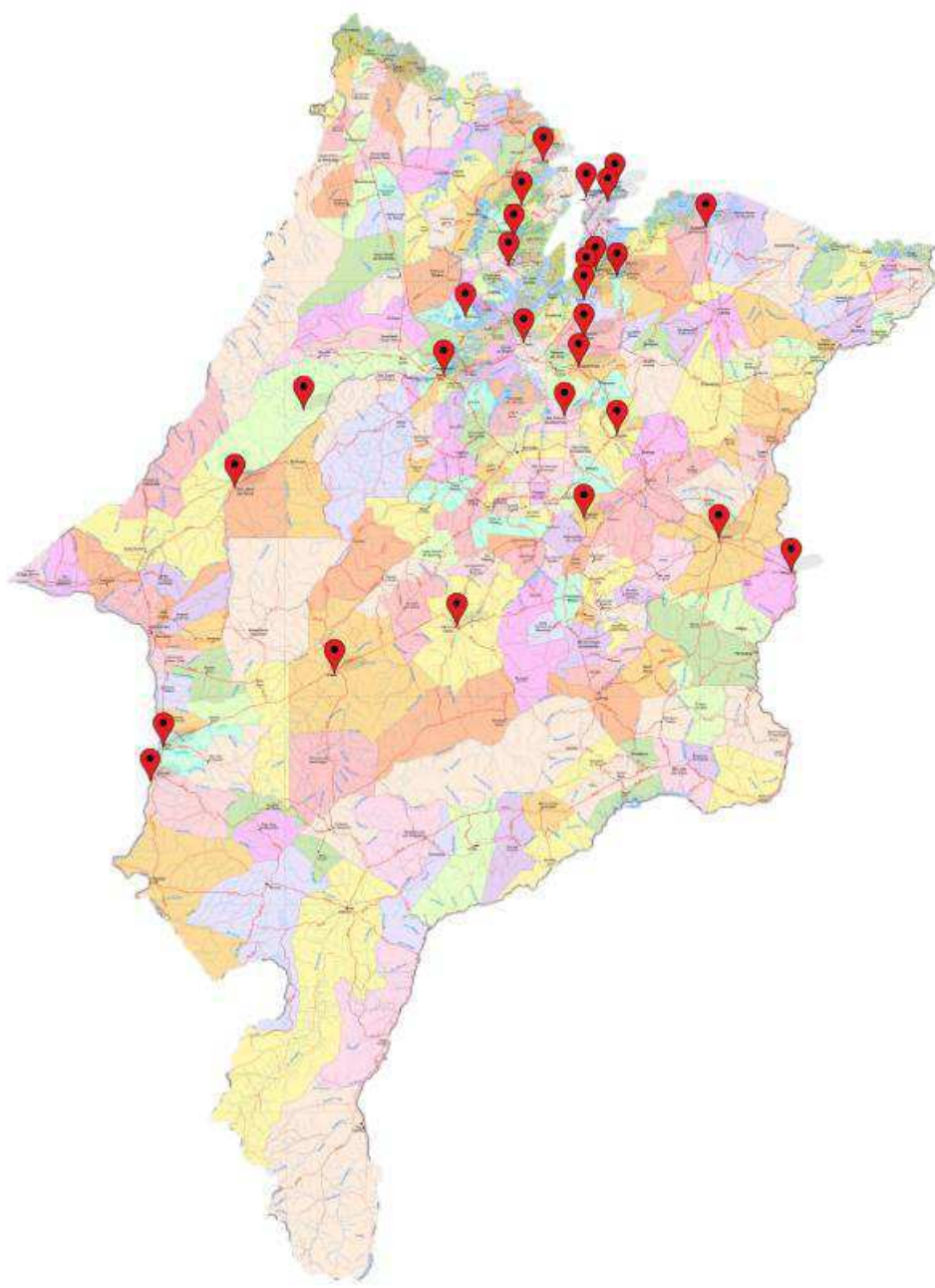
III) também – em alguns colégios onde o convívio com a sensação de insegurança é mais alarmante – para a maior segurança de alunos em colégios de regiões mais “inseguras” e, também, para a maior segurança do bairro/região que abriga a escola, uma vez que esta região agora contaria com um “quartel” dentro de si (OLIVEIRA; SILVA, 2016, p. 13 e 14)

A criação de mais escolas militares visa melhorar a qualidade do ensino e outras demandas educacionais, dentre elas, lembra Brasil (2008, p. 9):

“assegurar o enquadramento disciplinar e desenvolver o espírito cívico, estimulando a prática dos valores e o culto às tradições militares, de maneira compatível com a idade dos alunos; e exercer permanente ação educacional sobre os alunos.”

Maranhão, de acordo com o CBMMA, existem 31 unidades de ensino em formato de colégio militar do corpo de bombeiros (CMCB), divididos entre capital, região metropolitana e interior do estado. A figura 1 mostra a distribuição das unidades do CMCB no território do estado do Maranhão e a tabela 1 mostra a lista de unidades e o município que está situada.

Figura 1. distribuição das unidades do CMCB no território do Maranhão



Fonte: Autor, 2023.

Tabela 1. Lista de unidades do CMCB e suas respectivas localizações.

Unidade	Nome da Escola	Município	Unidade	Nome da Escola	Município
01	Colégio Militar - CMCB I	São Luís	16	Colégio Militar - CMCB XVI	Itapecuru-Mirim
a02	Colégio Militar - CMCB II	S. José de Ribamar	17	Colégio Militar - CMCB XVII	Capinzal do Norte
03	Colégio Militar - CMCB III	S. José de Ribamar	18	Colégio Militar - CMCB XVIII	São Bento
04	Colégio Militar - CMCB IV	Bacabeira	19	Colégio Militar - CMCB XIX	Penalva
05	Colégio Militar - CMCB V	Santa Rita	20	Colégio Militar - CMCB XX	Guimarães
06	Colégio Militar - CMCB VI	Timon	21	Colégio Militar - CMCB XXI	Santa Inês
07	Colégio Militar - CMCB VII	Rosário	22	Colégio Militar - CMCB XXII	São Vicente Ferrer
08	Colégio Militar - CMCB VIII	Rosário	23	Colégio Militar - CMCB XXIII	Bequimão
09	Colégio Militar - CMCB IX	Caxias	24	Colégio Militar - CMCB XXIV	Cantanhede
10	Colégio Militar - CMCB X	Arari	25	Colégio Militar - CMCB XXV	São Mateus
11	Colégio Militar - CMCB XI	Barra do Corda	26	Colégio Militar - CMCB XXVI	São Luís
12	Colégio Militar - CMCB XII	Paço do Lumiar	27	Colégio Militar - CMCB XXVII	Bom Jesus das Selvas
13	Colégio Militar - CMCB XIII	S. José de Ribamar	28	Colégio Militar - CMCB XXVIII	Estreito
14	Colégio Militar - CMCB XIV	Coroatá	29	Colégio Militar - CMCB XXIX	Grajaú
15	Colégio Militar - CMCB XV	Presidente Juscelino	30	Colégio Militar - CMCB XXX	Humberto de Campos
-	-	-	31	Colégio Militar - CMCB XXXI	Porto Franco

Fonte: Autor, 2023.

As famílias veem os Colégios Militares como locais em que seus filhos estarão seguros, protegidos da marginalidade e das drogas, e onde aprenderão não somente aquilo que é próprio das escolas ensinarem, mas também a disciplina, a obediência e o respeito à hierarquia, valores que os pais não estão conseguindo desenvolver nos filhos (ANPED, 2015).

A Proposta Pedagógica dos Colégios Militares leva em consideração a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o disposto nos Parâmetros Curriculares – PCN, as DCN's e as diretrizes da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão. Além das competências básicas. De acordo com a Legislação Organizacional Básica (LOB), mais especificamente no artigo 20, são

mencionados os órgãos de assistência responsáveis por fornecer apoio ao Comandante Geral na execução da missão da Corporação. Entre esses órgãos, destaca-se os Colégios Militares.

Art. 27. Ao Colégio Militar, órgão em nível de Centro e subordinado à Diretoria de Ensino, compete além das atribuições previstas em lei específica, o desenvolvimento educacional dos dependentes de bombeiros militares e da sociedade civil, e fica organizado por:

- I - Comandante;
- II - Subcomandante;
- III - Seção de Administração;
- IV - Seção Pedagógica;
- V - Seção de Comando de Alunos;
- VI - Comando do Corpo de Alunos.

Segundo Libâneo (2010, p. 222), o planejamento tem grande importância por tratar-se de: “um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Sob essa linha de raciocínio que se faz de extrema necessidade que os gestores das escolas militares tenham em sua formação acadêmica disciplinas que possam notar-los no ambiente escolar. Uma prática de gestão comprometida com a formação dos brasileiros tem que possuir a força do conhecimento, possibilitando afetividade nas relações, a competência em todas as atividades e firmeza nas ações.

Paro (2008), descreve como essencial a participação do gestor escolar no processo político-pedagógico da escola, pois sua atuação pode ter implicações sobre a transformação social, dentro e fora da escola. Conforme descrito ao decorrer deste trabalho, a Escola é capaz de contribuir com sua parcela significativa para as mudanças sociais, ou seja, em nível econômico, político e do grupo que detém os meios de produção sobre o restante da sociedade.

3.7 O CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS- CFO BMMA

A Academia de Bombeiro Militar “Josué Montello” - ABMJM, fica localizada na Av. Daniel Aquino Aragão – S/N, Parque Independência, de acordo com o Art. 13º da Lei 10.230 de 23 de abril 2015, responde diretamente a Diretoria de Ensino e Pesquisa da corporação, nos seus mais de 15 anos de atuação, o local é responsável pela formação dos Oficiais do CBMMA.

O Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militar (CFO-BM) resulta de uma parceria feita pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o Corpo de Bombeiros do Maranhão (CBM), ao término o discente recebe o grau de Bacharel em Segurança Pública e do Trabalho. Ao término do curso, aluno é promovido à graduação de Aspirante-a-Oficial Bombeiro Militar e desempenha papel de chefia e liderança nas diversas Unidades Bombeiro Militar (UBM) distribuídas em todo território maranhense, dentre elas, as diversas escolas militares.

O primeiro projeto pedagógico aprovado através da resolução nº 739/2006 – CEPE/UEMA apresenta as diretrizes adotadas para a formação do corpo discente e baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 – além das diretrizes da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Maranhão.

O Curso é reconhecido por meio da Resolução nº 208/2009-CEE de 29 de outubro de 2009 do Conselho Estadual de Educação. Classificado como Curso de Bacharelado na modalidade presencial, o CFO-BM está consoante o previsto na Resolução do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior CNE/CES nº 02 de 18 de junho de 2007.

De acordo com o atual Projeto Pedagógico atual (2014, p. 21), é objetivo geral do CFO-BM “proporcionar ao educando, a partir da aquisição de conteúdos e da socialização, as condições necessárias para o desenvolvimento e aprimoramento de suas capacidades intelectuais e físicas”. De forma que ao término do curso torna-se de suma importância que o discente esteja apto a atuar nos diversos campos de atuação da profissão. Por isso a inclusão de disciplinas que norteiem o mesmo a todos esses caminhos sejam elaboradas.

Com relação ao curriculum pleno, tomando como referência o projeto pedagógico vigente (2014), Destaca:

Visando garantir a unidade de ação dos profissionais da área de segurança do cidadão, diminuir as discrepâncias existentes e promover à equidade do processo de formação no CFO/BM a estrutura curricular ora apresentada é composto de:

1. Um Núcleo Comum. Constituído de disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, inerentes ao perfil desejado do profissional bombeiro militar da área de segurança do cidadão.
2. Núcleo Específico. Este núcleo tem como objetivo reunir disciplinas que atendam as características específicas do curso de formação de Oficial Bombeiro Militar corresponde às disciplinas fundamentais, técnico-militares e profissionais. (UEMA,PPA,2014, p.34)

O curso possui a duração de 3 anos, o que corresponde a 6 semestres, e com a carga horaria 4.470 horas/aula, composto por: disciplinas do núcleo específico, 2.220 horas/aulas, que compreende as matérias técnicas profissionais, a cargo do Corpo de Bombeiros com aulas ministradas na Academia de Bombeiros Militar “ Josué Montello ” no turno matutino, o núcleo comum, 2.010 horas/aulas, que compreende as matérias científicas ministradas na UEMA no turno vespertino e as disciplinas optativas, 240 horas/aula, além do estágio supervisionado.

4 RESULTADOS

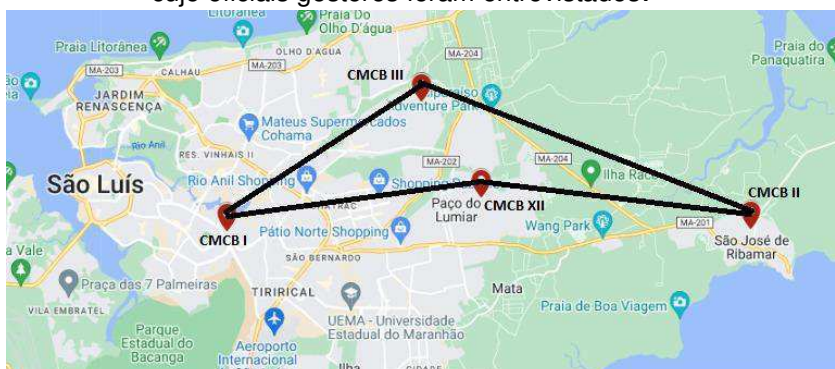
A análise e discussão dos dados foi obtida através dos resultados a partir dos dois questionários aplicados em uma amostra de militares entre cadetes e oficiais BM.

Objetivou-se através dos questionários identificar o grau de conhecimentos dos militares entre cadetes e oficiais BM no que diz respeito a Gestão Escolar e Pedagógica, além de saber o nível de importância e a possível aceitação quanto à inclusão de uma disciplina pedagógica na matriz curricular do curso. De forma que, após isso os dados foram tabulados, analisados em métodos estatísticos e representados graficamente.

4.1 ANÁLISE DE DADOS

O questionário foi aplicado de forma que o pesquisado compreendesse o teor da pesquisa, respondendo sinceramente as questões, de acordo com seu entendimento sobre o assunto tratado. As questões foram todas respondidas em forma de entrevista, por aqueles que estão diretamente interessados na proposta de intervenção feita pelo autor. O questionário tem a intenção de recolher dados suficientes para delinear o grau de conhecimento dos entrevistados a respeito dos desafios enfrentados no dia a dia das escolas militares geridas pela corporação CBMMA. A figura 2 mostra a localização dos colégios militares da região metropolitana de São Luís, cujo oficiais gestores foram entrevistados para a elaboração deste trabalho de conclusão de curso.

Figura 2. Localização das unidades do CMBM na região metropolitana de São Luís - MA, cujo oficiais gestores foram entrevistados.



Fonte: Autor, 2023.

Após a definição dos sujeitos e dos documentos que deram o suporte

teórico, foram definidos os instrumentos da pesquisa, as questões foram elaboradas a partir das pesquisas bibliográficas realizadas para a construção deste trabalho, além das escutas qualificadas com a intenção de compreender a realidade que encontramos nas escolas militares. Os dados obtidos levaram os Autores a entender o grau de importância que o projeto de intervenção tem para melhorar a qualidade de ensino-aprendizagem dos envolvidos.

A escolha do local de pesquisa foi realizada de acordo com a necessidade do autor em identificar as escolas militares geridas pelos oficiais do Corpo de Bombeiros. Diante disso, ao término da análise dos dados coletados se fez possível, diante da análise das respostas, propor a implementação da disciplina no curso de formação de oficiais.

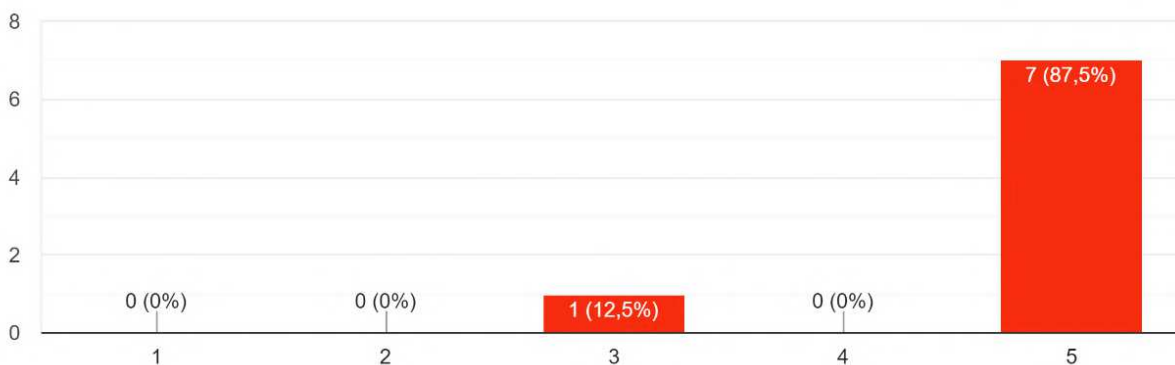
5 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Para uma melhor análise, dividiu-se o questionário em dois, o primeiro foi aplicado aos oficiais gestores escolares do CBMMA, tendo o total de 12 perguntas no qual as respostas vão de 1 a 5 determinado o grau de influência para identificar melhor a amostra e verificar quanto a importância da inclusão da disciplina para o curso. Aos cadetes, a fim de obter dados para a análise de dados foi elaborado um questionário com 5 perguntas.

5.1 DEMONSTRATIVO DAS QUESTÕES E DOS GRÁFICOS REFERENTES AO QUESTIONÁRIO FEITO AOS OFICIAIS CBMMA

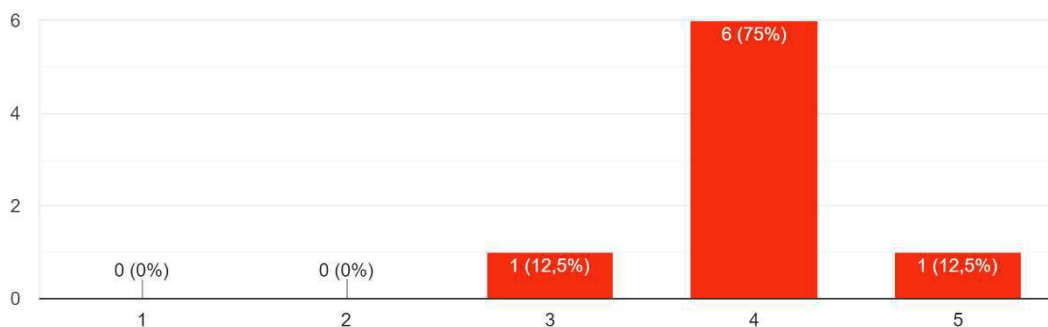
No gráfico 1, se discute o grau de influência da falta ou ausência da disciplina de Gestão Escolar na grade curricular do CFO-BM. Já no gráfico 2, foi perguntado aos oficiais gestores a frequência de vezes que foi preciso recorrer a terceiros para lidar com situações relacionadas a abordagem pedagógica.

Gráfico 1. respostas à pergunta “Em uma escada de 1 a 5, na sua opinião, o quanto fez falta a disciplina de “Gestão Escolar” ao decorrer do CFO-BM?”



Fonte: Autor, 2023

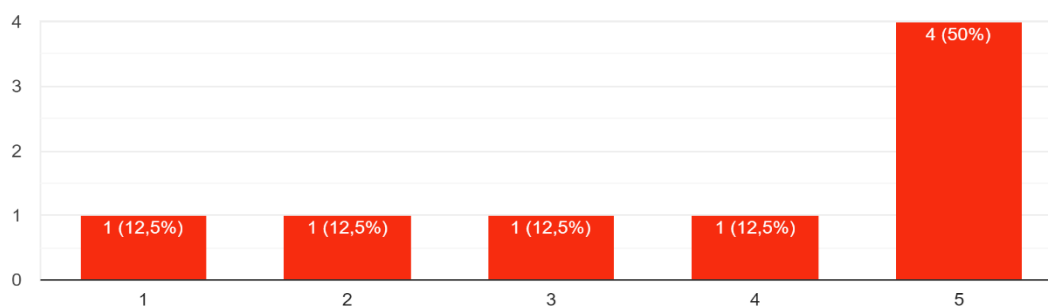
Gráfico 2. respostas à pergunta “em uma escala de 1 a 5, na qual 1 é nenhuma vez e 5 é todas as vezes, quantas vezes você precisou recorrer a terceiros para lidar com situações referentes a abordagem pedagógica?”



Fonte: Autor, 2023.

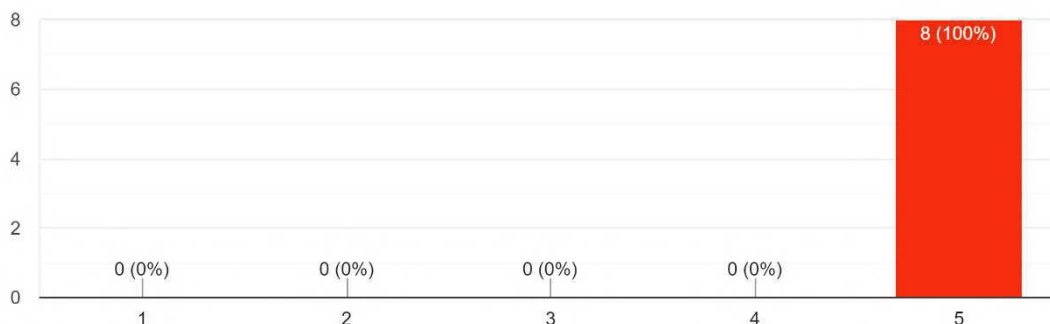
Em resposta ao questionamento do gráfico 1, os oficiais majoritariamente (87,5%) responderam que uma disciplina de gestão escolar fez muita falta para exercer a função de gestor nas unidades de ensino. Já no gráfico 2, os oficiais relatam que é muito frequente terem que recorrer a ajuda de terceiros para solucionar problemas relativos à abordagem pedagógica. Percebe-se então, que os problemas acima poderiam ser minorizados com a abordagem de tópicos específicos em uma futura disciplina de gestão escolar inclusa na grade curricular do CFO-BM. Continuando a exposição do questionário, segue abaixo gráficos 3 e 4.

Gráfico 3. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, durante seu tempo de gestor escolar, você precisou fazer busca por informações em outras fontes?”



Fonte: Autor, 2023.

Gráfico 4. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, o quanto uma disciplina de gestão escolar influenciaria no modo que você gerencia sua escola?”

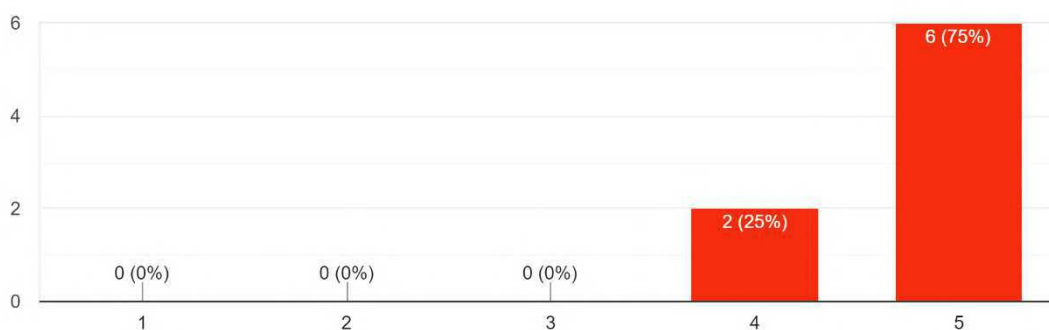


Fonte: Autor, 2023.

Em resposta ao gráfico 3, constatou-se que aproximadamente 50% dos gestores relataram a necessidade de buscar conhecimento em outras fontes a fim de desempenhar adequadamente suas funções como gestores escolares. Tal constatação evidencia a importância do aprimoramento profissional desses profissionais militares, a fim de assegurar uma execução do serviço prestado de maior excelência.

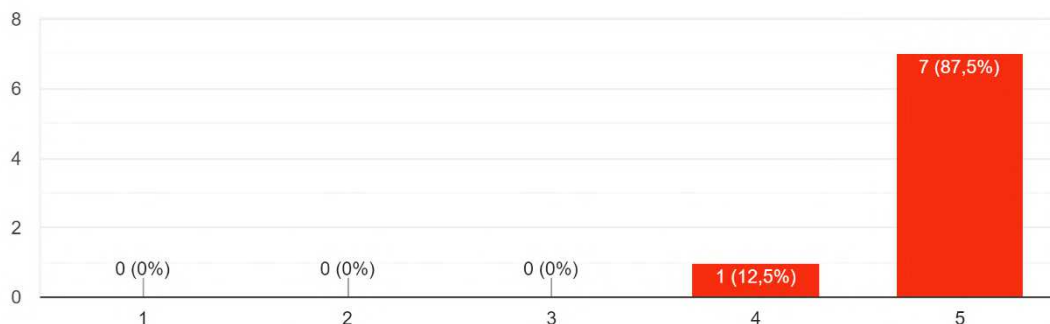
No que tange ao gráfico 4, todos os oficiais entrevistados, sem exceção, afirmaram que uma preparação adequada durante o curso de formação sobre a gestão escolar e as atribuições inerentes ao papel de gestor teria gerado um impacto significativo em seus serviços. Isso se deve ao fato de que tais conhecimentos propiciariam uma capacitação necessária para auxiliar nas demandas encontradas cotidianamente no ambiente escolar pelos oficiais mencionados.

Gráfico 5. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, você acredita que a gestão participativa pode influenciar no processo ensino aprendizagem?”



Fonte: Autor, 2023.

Gráfico 6. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, qual seria seu nível de comprometimento na gestão participativa



Fonte: Autor, 2023.

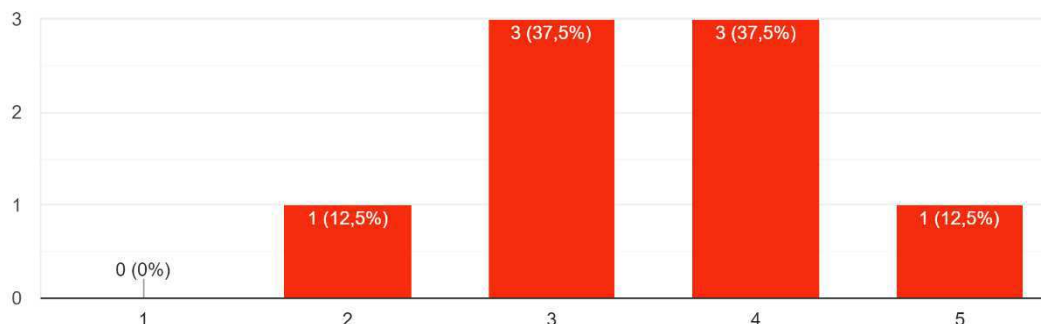
Com base nas análises do gráfico 5, é possível observar que aproximadamente 75% dos participantes da pesquisa reconheceram a importância da gestão participativa no contexto do trabalho do gestor escolar. Essa abordagem é caracterizada pela valorização do trabalho conjunto e da colaboração entre os membros da equipe de coordenação, visando alcançar os melhores resultados no ambiente escolar. Esses gestores compreendem que, ao envolver as demais pessoas da coordenação, é possível obter uma visão mais abrangente e diversificada, o que contribui para uma tomada de decisão mais embasada e para o desenvolvimento de soluções mais efetivas.

Os restantes 25% dos entrevistados também reconheceram que a gestão participativa possui grandes impactos no gerenciamento de uma escola. Essa percepção destaca a relevância de incluir diferentes perspectivas e habilidades no processo decisório, a fim de promover uma gestão mais aberta, participativa e adaptável às necessidades e desafios enfrentados no contexto educacional.

Já em relação ao gráfico 6, que aborda o comprometimento dos militares entrevistados com a gestão participativa, todos afirmaram adotar essa postura em seu ambiente de trabalho. Essa constatação demonstra que esses profissionais estão engajados em promover uma cultura colaborativa, na qual se valoriza o compartilhamento de responsabilidades, a escuta ativa e o envolvimento de todos os membros da equipe na tomada de decisões. Dentre os entrevistados, 87% reconhecem a gestão participativa como um elemento de suma importância para o melhor desenvolvimento de suas atividades, ressaltando

assim a relevância desse enfoque para o aprimoramento contínuo do gerenciamento escolar sob a perspectiva militar.

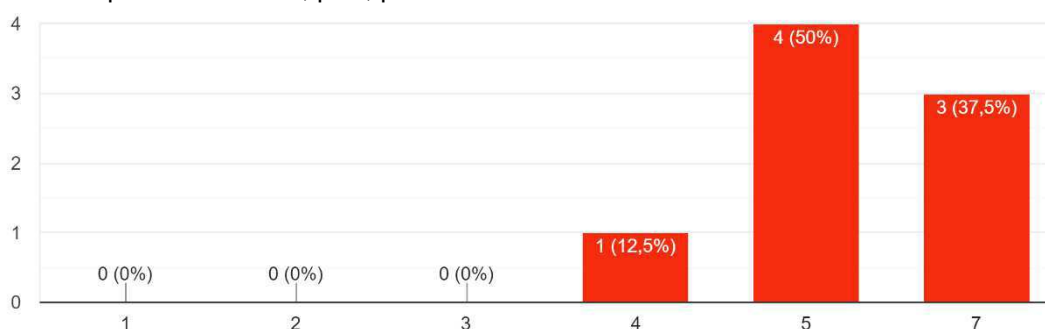
Gráfico 7. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, você acredita que a sua participação na gestão participativa influenciou ativamente na gestão escolar?”



Fonte: Autor, 2023.

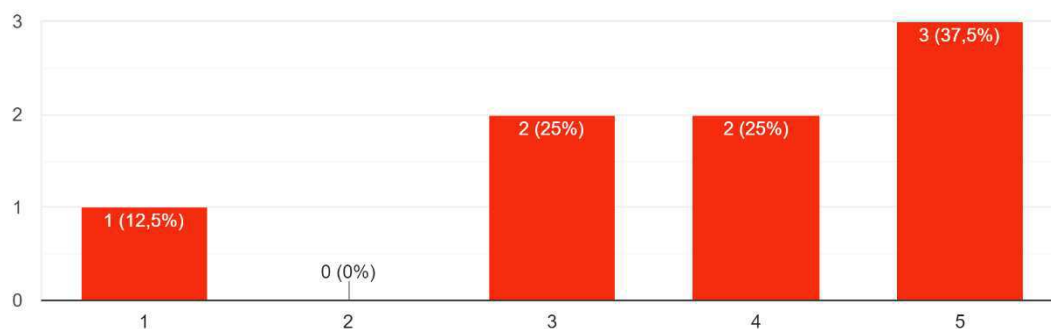
O gráfico 7 analisa como os militares que atuam como gestores escolares conseguiram repassar a gestão participativa para as demais pessoas com quem trabalham. Nesse sentido, com base nos dados, nota-se que há uma dificuldade de repassar tais noções para os seus companheiros de trabalhos. Podemos inferir que tais dificuldades perpassam pela falta de orientação durante o curso de formação no que diz respeito a capacidade de integrar tal conceito ao ambiente de trabalho.

Gráfico 8. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, com que frequência você pede a opinião de alunos, pais, professores e funcionários antes de tomar decisões?”



Fonte: Autor, 2023.

Gráfico 9. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, já buscou junto à Secretaria de Educação suporte para tomada de decisões acerca da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem?”

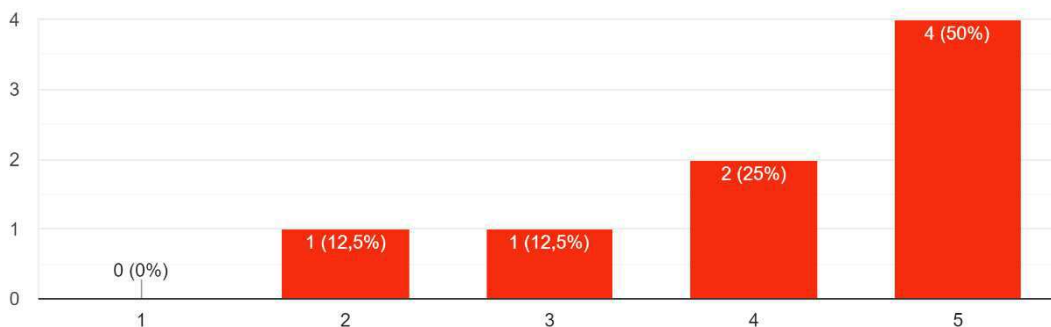


Fonte: Autor, 2023.

Com base na análise do gráfico 8, foi constatado que os militares responsáveis pela gestão escolar levam em consideração a coleta de informações e sugestões provenientes dos pais, professores e funcionários no momento de tomar decisões nas escolas. Esse resultado evidencia a interação existente entre esses diferentes componentes no contexto educacional. A valorização dessas contribuições contribui para um ambiente mais participativo e inclusivo, no qual múltiplas perspectivas são consideradas, visando a melhoria contínua do processo educacional.

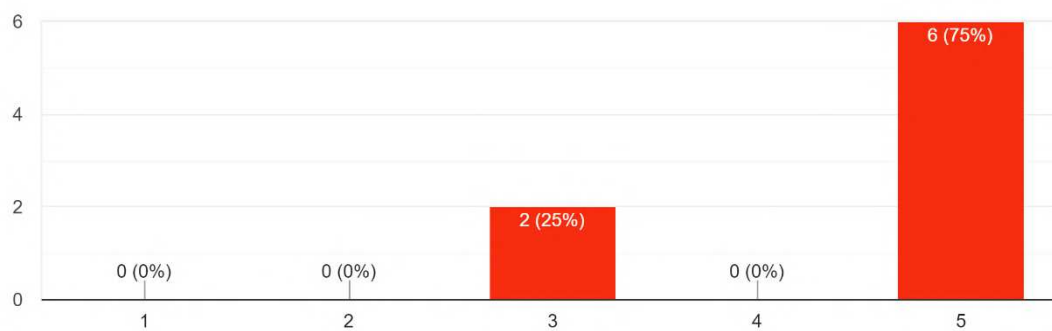
No que se refere ao gráfico 9, foi possível observar a relação existente entre as escolas e o apoio fornecido pela Secretaria de Educação. A análise revelou que aproximadamente 62,5% dos entrevistados buscam ativamente esse apoio com o objetivo de auxiliar no processo de obtenção de recursos e outros elementos essenciais para o funcionamento das instituições de ensino. Esse dado demonstra a relevância da parceria entre as escolas e a Secretaria de Educação como meio de fortalecer o sistema educacional e promover ações conjuntas para suprir as demandas e necessidades das escolas. A busca por esse apoio evidencia a busca por recursos e suporte institucional necessários para a melhoria da qualidade educacional e o desenvolvimento das escolas sob gestão militar.

Gráfico 10. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, com qual frequência você busca aprimorar sua formação, participando de cursos, seminários, palestras e atividades culturais?”



Fonte: Autor, 2023

Gráfico 11. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, com que frequência você julga que sabe delegar funções, solicitar ajuda e ouvir críticas?”

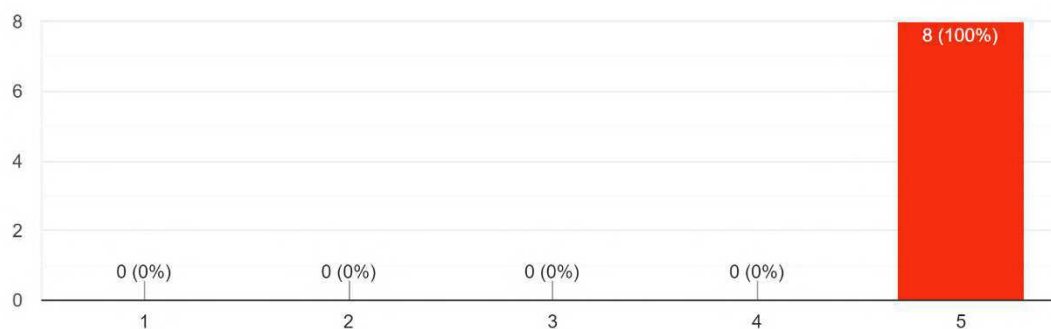


Fonte: Autor, 2023

Com base na análise do gráfico 10, constatou-se que aproximadamente 75% dos militares entrevistados buscaram aprimoramento em cursos, palestras e outras atividades relacionadas à gestão escolar devido à ausência de conhecimentos sobre o tema adquiridos durante o curso de formação\.

Em relação ao gráfico 11, o objetivo foi avaliar a capacidade dos entrevistados de delegar funções em um ambiente composto não apenas por militares, mas também por civis. Observou-se que 75% dos militares demonstraram a habilidade de delegar tarefas sem que ocorram ruídos ou dificuldades, considerando que se trata de um ambiente diverso, envolvendo militares, professores e crianças. Essa capacidade de delegação é essencial para promover a eficiência e a cooperação dentro da equipe, reconhecendo as habilidades e competências individuais de cada membro e distribuindo responsabilidades de forma adequada. A aptidão dos militares em lidar com essa dinâmica heterogênea é crucial para o sucesso da gestão escolar e para criar um ambiente de trabalho harmonioso e produtivo.

Gráfico 12. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, hoje atuando como gestor, com que importância você indicaria a inclusão da disciplina de gestão escolar no CFO-BM?”



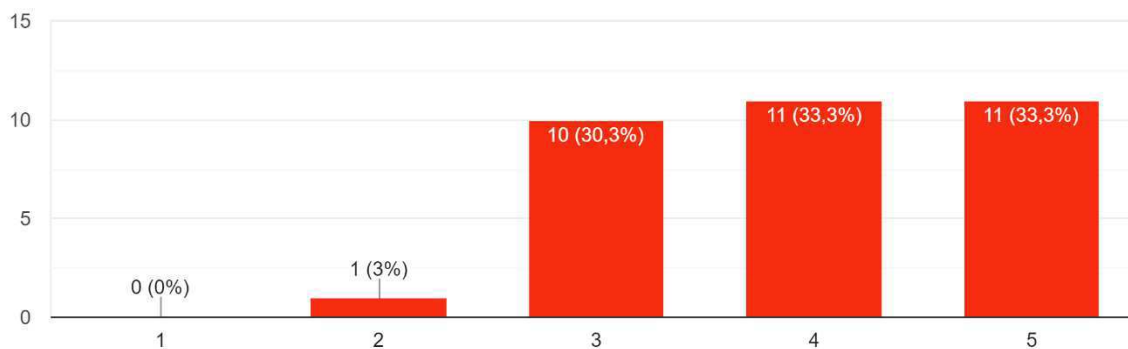
Fonte: Autor, 2023.

Com base na análise do gráfico 12, foi possível observar que 100% dos entrevistados concordaram com a implantação da disciplina de Gestão Escolar. Essa concordância reflete o reconhecimento por parte dos militares da importância de desenvolver aspectos específicos relacionados à gestão escolar, considerando as peculiaridades inerentes a esses profissionais que trabalham na área da educação. A implantação dessa disciplina busca aprimorar os conhecimentos e competências desses militares, proporcionando-lhes as habilidades necessárias para desempenhar a função de gestor com excelência e sabedoria.

Essa medida revela o compromisso em promover uma formação mais abrangente, que vai além das atribuições tradicionais dos militares, e reconhece a relevância do conhecimento e da capacitação específica no campo da gestão escolar. A disciplina de Gestão Escolar visa dotar esses profissionais de uma base teórica sólida, fornecendo ferramentas e estratégias que os auxiliarão na tomada de decisões, na gestão de recursos e no enfrentamento dos desafios que permeiam o ambiente educacional. Dessa forma, busca-se garantir que os gestores militares estejam preparados para exercer suas funções de forma eficiente, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação oferecida nas escolas sob sua responsabilidade.

5.2 DEMONSTRATIVO DAS QUESTÕES E DOS GRÁFICOS REFERENTES AO QUESTIONÁRIO FEITO AOS CADETES CBMMA

Gráfico 13. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, a disciplina de gestão escolar fez falta ao decorrer do curso?”



Fonte: Autor, 2023.

Gráfico 14. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, em um possível cenário no qual você venha atuar em uma escola, você se sente capaz de gerencia-la?”

Fonte: Autor, 2023.

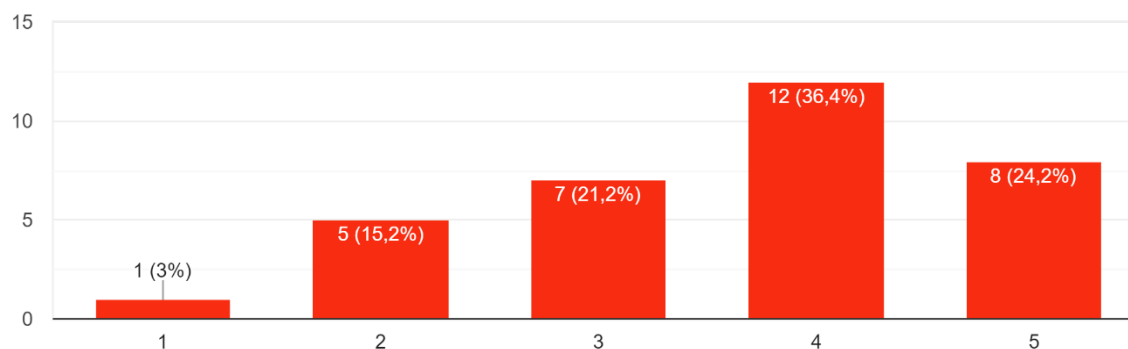
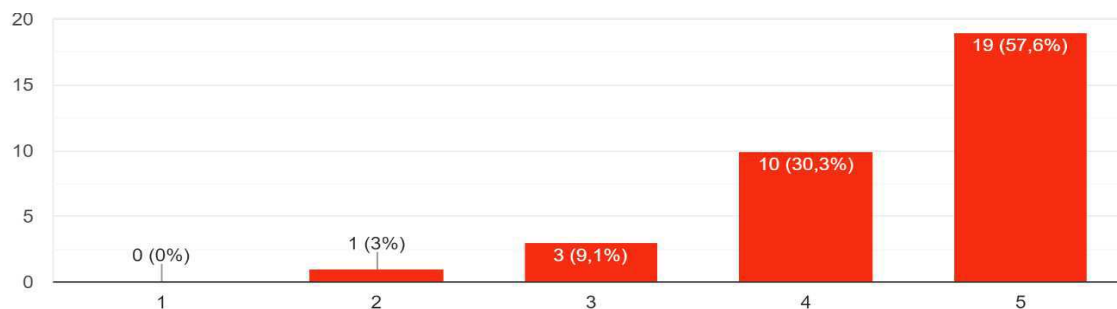


Gráfico 15. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, sua atuação na escola seria baseada em algo que aprendeu no decorrer do curso?”



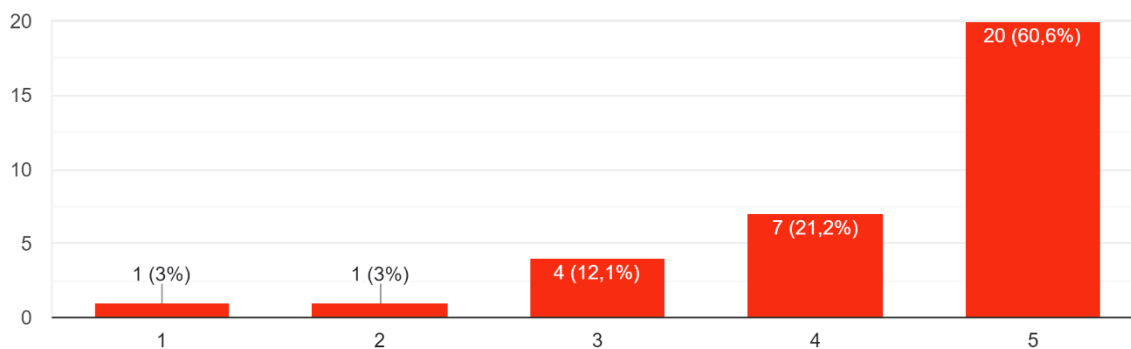
Fonte: Autor, 2023.

No que diz respeito ao gráfico 13, é possível inferir com base nos dados apresentados que os cadetes do terceiro ano identificaram a ausência de uma disciplina específica sobre gestão escolar durante o curso. Cerca de 66,6% dos cadetes entrevistados concordaram que ao longo do currículo do curso foi visível a falta de uma cadeira que abordasse essa temática de forma aprofundada. Essa percepção ressalta a existência de uma lacuna na formação acadêmica dos cadetes, evidenciando a necessidade de incluir uma disciplina que trate especificamente da gestão escolar no programa do curso de formação militar. Essa medida visa fornecer aos futuros gestores escolares militares os conhecimentos teóricos e práticos necessários para desempenhar efetivamente suas funções, considerando as particularidades e desafios inerentes à gestão educacional.

Em relação ao gráfico 14, ele destaca uma problemática relevante, que é a crença de que somos capazes de resolver todos os problemas e nos adaptarmos a qualquer situação. Isso implica afirmar que, mesmo sem possuir um conhecimento de base adequado para lidar com determinadas situações, como é o caso da gestão escolar, temos a capacidade de enfrentá-las e superá-las. No entanto, essa perspectiva dualista se revela contraditória, pois, ao mesmo tempo em que é notável e admirável a disposição dos militares em realizar suas atividades e missões, é perceptível uma negligência em relação à formação específica necessária para lidar adequadamente com os desafios da gestão escolar. A falta de uma disciplina direcionada à gestão escolar durante o curso de formação militar dificulta a aquisição dos conhecimentos, habilidades e competências essenciais para exercer com excelência a função de gestor escolar, uma vez que essa área requer uma abordagem distinta e uma compreensão aprofundada das dinâmicas e demandas do ambiente educacional.

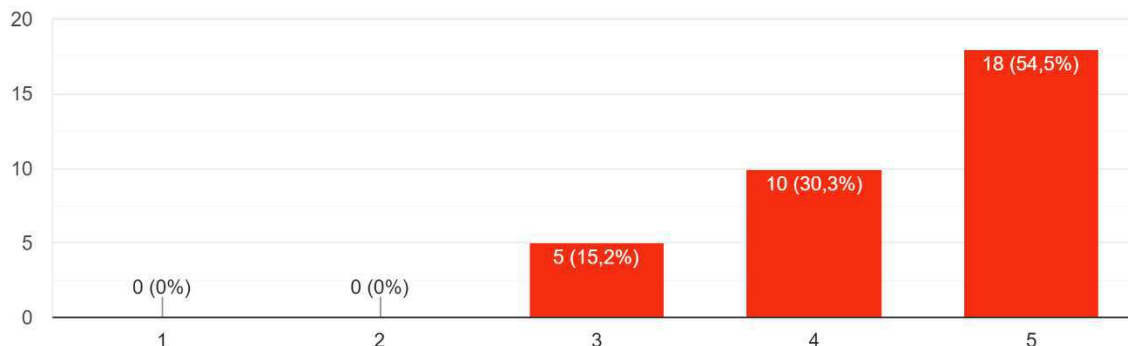
No gráfico 15, constatou-se que 87,9% dos cadetes do terceiro ano acreditam que sua atuação em escolas militares seria fundamentada nos conhecimentos adquiridos durante o curso de formação, que englobam diferentes disciplinas. No entanto, a ausência de uma disciplina específica de gestão escolar dificulta a seleção e a integração dos aspectos e características necessárias para o desenvolvimento de uma gestão escolar eficiente. Nesse sentido, a implantação de uma cadeira de gestão escolar no currículo dos cadetes permitiria que eles adquirissem os conhecimentos e as competências necessárias para desempenhar com excelência suas funções como gestores escolares militares. Com uma formação apropriada, eles poderão unir a determinação inerente à natureza militar com a capacidade de aplicar conhecimentos específicos, proporcionando assim um serviço exemplar. Essa combinação de conhecimento teórico e vontade de servir resultará em uma atuação eficaz e bem-sucedida na gestão escolar.

Gráfico 16. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, o quanto você acha necessário incluir a disciplina de gestão escolar no CFO-BM?”



Fonte: Autor, 2023.

Gráfico 17. resposta à pergunta “em uma escala de 1 a 5, qual seria a influência dos conhecimentos adquiridos através do curso na sua gestão?”



Fonte: Autor, 2023

Com base nas informações apresentadas no gráfico 16, pode-se constatar que 81,7% dos cadetes do terceiro ano concordam com a implementação da disciplina de gestão escolar durante o curso de formação de oficiais do Corpo de Bombeiros. Esse dado reflete a preocupação dos futuros oficiais em relação à sua possível atuação em colégios militares, uma vez que durante o curso não tiveram estágios ou conhecimentos específicos que os preparassem para lidar com essa problemática e orientassem sua atuação nesse novo cenário que se aproxima. A inclusão da disciplina de gestão escolar no currículo de formação dos oficiais demonstra a necessidade de fornecer aos futuros gestores as competências e os conhecimentos essenciais para desempenharem suas funções com eficiência no ambiente escolar militar.

Analisando o gráfico 17, observou-se que 84,8% dos militares concordam que os conhecimentos adquiridos por meio dessa disciplina de gestão escolar teriam um impacto significativo em sua atuação nos colégios militares. Esses conhecimentos serviriam como um guia para orientar suas ações e direcioná-los para o desenvolvimento de uma gestão eficaz, que resultaria em resultados escolares excelentes. Essa perspectiva reflete a compreensão dos militares de que uma gestão escolar adequada não apenas contribui para o sucesso acadêmico dos alunos, mas também promove o desenvolvimento de uma sociedade melhor como um todo. Essa visão reforça a importância de investir em uma formação sólida e abrangente, que contemple os aspectos específicos da

gestão escolar, para que os militares estejam preparados para enfrentar os desafios e desempenhar um papel de liderança efetiva nos colégios militares.

5.3 ANÁLISE DOS GRÁFICOS APÓS QUESTIONÁRIO

Nota-se através dos gráficos que os cadetes e oficiais do CBMMA sentem a necessidade de que no decorrer do curso seja ministrada uma disciplina que os direcionem para o campo educacional, como profissional atuante a frente das escolas.

Toda e qualquer iniciativa parte da gestão da instituição de ensino, a construção do conjunto de dados costuma ser colaborativa. Tendo em vista a importância que as escolas têm para o desenvolvimento do indivíduo como cidadão.

6 PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO DISCIPLINA: NOÇÕES DE GESTÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA

Mediante o questionário aplicado aos cadetes e oficiais da instituição CBMMA, o resultado demonstrou extrema importância para a formação dos oficiais Bombeiros Militar tendo em vista a incerteza do seu futuro campo de atuação e sendo a educação um deles.

A proposta de implementação dessa disciplina para o CFOBM objetiva orientar e capacitar os cadetes do CBMMA, além de dar uma continuidade e regularidade no aprendizado dessa área que será de suma relevância para toda a carreira desses militares.

A ementa da disciplina surge principalmente baseada nos resultados das perguntas e respostas obtidas através dos dois questionários aplicados.

A disciplina seria denominada “NOÇÕES DE GESTÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA” passando a ser ministrada no 5º período (3º Ano do CFO). Contabilizando 60hs e com peso 2.

Com o passar do tempo e a importância que a escola tem para a formação do indivíduo, passou-se a ter uma maior preocupação com aqueles que atuam na área e os profissionais para aprimorar o conhecimento no setor de gestão escolar e pedagógica. A disciplina é pensada para três módulos:

O primeiro módulo (Fundamentos da Educação) poderá oferecer informações básicas sobre Fundamentos da Educação.

1. Fundamentos da gestão escolar e pedagógica (20hs): Conceito e aplicação da gestão escolar, principais expoentes da educação, gestão de recursos pedagógicos, a importância no processo de ensino aprendizagem

No segundo módulo seria interessante destacar as principais legislações que regem o ensino e manutenção de todo o aspecto escolar e seus componentes.

2. Legislações (20hs): CF, PCN, LDB, Estatuto da criança e do adolescente.

No terceiro módulo seria administrado questões mais relacionadas ao ensino como: Oratória, didática.

3. Prática de ensino (20hs): Oratória, didática, seminários temáticos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como principal objetivo a elaboração de uma proposta para inclusão da disciplina Gestão Escolar e pedagógica para os alunos do CFO-BM, e, no decorrer da pesquisa, abordou-se a história do Instituição Corpo de Bombeiros, tanto na esfera nacional quanto estadual. Também foram abordados os conceitos de escola, educação e gestão escolar. A análise de dados foi obtida através de um questionário realizado através da plataforma *google forms* e aplicado aos cadetes e oficiais da corporação.

O Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão possui a missão de garantir os direitos constados na CF88, prestando para a sociedade um serviço de excelência. Tendo em vista o número crescente de escolas militares que estão sendo criadas, a realidade dos militares que vão atuar nelas precisa ser pensada de forma que seus alunos e profissionais possam ter em seu gestor uma pessoa comprometida com o bem-estar social.

A gestão escolar é a articulação de todos os componentes que interferem na realização do trabalho educacional. A finalidade maior da equipe gestora é a de estar focada nos objetivos educacionais de formação e aprendizagem dos alunos. Por isso o profissional responsável por administrar a escola deve ter uma noção sobre metodologias pedagógicas, gestão pessoal e financeira. Somente com esses pressupostos e, sobretudo, relacionando-se bem dentro da instituição é que podemos ter uma gestão nos moldes propostos pelas mudanças implantadas na década de 1980. O gestor educacional é o principal responsável pela escola, (Silva, 2009) .

Segundo Luck (2009, p. 33): Os gestores escolares atuando como líderes, são responsáveis pela sobrevivência e pelo sucesso de suas organizações. Chamamos de liderança a um conjunto de fatores associados como, por exemplo, a dedicação, a visão, os valores, o entusiasmo, a competência e a integridade expressos por uma pessoa, que inspira a outros a trabalharem conjuntamente para atingirem objetivos e metas coletivas.

Este trabalho permite um maior aprofundamento de estudo a respeito do que é gestão escolar e pedagógica e qual a sua importância para todos que vão gerir as escolas. Portanto, os objetivos traçados foram concluídos, tendo em

vista que o término do mesmo, pode-se entender os principais conceitos de escola, educação e gestão escolar, para então poder embasar todo referencial teórico que nutrisse a construção de uma proposta de implementação de disciplina num curso que tem sua grade curricular já formada.

O gestor escolar tem suma importância na qualidade do ensino das escolas, seus conhecimentos são refletidos através dos resultados dos alunos nas suas vidas. Cabe a esse profissional reconhecer e superar os desafios encontrados no ambiente escolar, unir os envolvidos no processo educacional, prezar por educação de qualidade e assumir a postura democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso da Silva, da 5ª edição alemã. São Paulo: Malheiros, 2008.

AKIYAMA, E.M.; SILVA, J.A. **Afetividade na Educação Infantil**. Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP, Pitanga, v.1, n.3, pp.57-77, mar. 2010.

ANPED. **"Militarização" de escolas públicas - solução?** Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/militarizacao-de-escolas-publicas-solucao>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

BISSARO, Débora Zago et al. Evasão e abandono escolar: os desafios de conter seu avanço, as causas e consequências-estudo de caso na Escola Municipal "João Mendonça", em Teixeira de Freitas-Bahia. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 4, p. 34810412463-34810412463, 2021.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Leila. **Bombeiro Civil e sua Legislação**. Brasília, 2015. Disponível em <http://leilabrandao.com.br/v1/index.php/artigos/2-uncategorised/4-bombeiro-civil-e-sualeislacao> Acesso em: 10 de junho de 2023.

BRASÍLIA, Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009., **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas**. Presidência da República Casa Civil, Brasília, DF, 07 jul. 2009.

BRASIL, MEC/SEF/CIEDI. **Política Nacional de Educação Infantil: Pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação**. Brasília, DF. 2006.

BRASIL, MEC/SEF/COEDI. **Diretrizes operacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF. 2000.

BRASIL, **Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Fundamental**. Coordenação de Educação Infantil. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais da criança. Brasília, DF:MEC/SEF/COEDI,1995.

BRASIL. **Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica. Coordenação Geral de Educação Infantil. Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, DF. 2008

BRASIL. **Decreto nº 1.775**, de 2 de julho de 1856.

BRASIL. **Decreto nº 9.829**, de 31 de dezembro de 1887.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor/** elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. – Brasília : MEC, SEB, 2004.

Brasil. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. **Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Brasília-DF, 2019a.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 3, de 3 de dezembro de 2019. **Reajusta os parâmetros operacionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb** para o exercício de 2019.

BRASIL. Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019. **Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim** nos estados, nos municípios e no Distrito Federal. BrasíliaDF, 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE**, Brasília-DF, 2019.

BRASIL. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO – 2010 – 3**. ed. Brasília: MTE, SPPE, 2010.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994

CARVALHO, Ricardo Vagner Távora Gurjão de et al. *Manual básico de combate a incêndio do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal*. 2009.

. _____. Lei 11.901, de 12 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a profissão de Bombeiro Civil e dá outras providências. Disponível em Acesso em: 05 dez. 2017.

_____. Lei 13.425, de 30 de março de 2017. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. Disponível em Acesso em: 05 dez. 2017.

BRZEZINSKI. Iria (Org.). LDB INTERPRETADA: **diversos olhares se entrecruzam**. 3. ed. revista. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2006. (Cadernos de Gestão- Vol. III).

CASTELLI, Maria Dinorá Baccin. **A reflexão sobre a prática pedagógica: processo de ação e transformação**.

CASTRO, Patricia Aparecida P. P. de. TUCUNDUVA, Cristiane Costa. ARMS, Eliane Mandeli. **A importância do planejamento das aulas para a organização do professor em sua prática docente**. Athena: Revista Científica de Educação. Curitiba-PR, v. 10, n. 10, (p.49- 62), jan./jun. 2008.

CASTRO, Luciana Paula Vieira de; MALACARNE, Vilmar. **Conceituando a evasão escolar no Brasil**. Anais. Cascavel, Paraná. 2011.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Sociologias, 4(8), 432-443, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & educação, v. 2, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 3ª Edição. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

Criação e Evolução do Corpo de Bombeiros.SF- Soldado do fogo, 2009. Disponível em: <http://wwwsoldadodofogo.blogspot.com/2009/06/criacao-e-evolucao-do-corpo-de.html>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

SILVA, Michel da. Crime omissivo impróprio na atividade do bombeiro militar. Direito-Aranguá, 2015. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/7601>. Acesso em:

10 de junho de 2023

DALLARI, D.A. Direitos humanos e cidadania. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004.

DANTAS, Marcelo; CAVALCANTE, Vanessa. Pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. TCC (Monografia de Métodos e Técnicas de Pesquisa da Escola de Biblioteconomia)–Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

DA SILVA, Michel. **Crime Omissivo Impróprio na Atividade Bombeiro Militar: Análise Teórica e Jurisprudencial**. Aranguá, SC: UNISUL, 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS. Barcelona. 1996. Disponível em: <http://www.amigosdolivro.com.br/noticias.php?codNt=190&rnd=705>> Acesso em 10março. 2006.

DIGIÁCOMO, Murilo José. **Evasão escolar: não basta comunicar e as mãos lavar**. 2005.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2011.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

Estrutura hierárquica. Disponível em: <https://www.bombeiros.pa.gov.br/estrutura-hierarquica/>. Acesso em: 27/05/2020.

FERREIRA, Roberto Martins. **Sociologia da Educação**, 1ª Edição, São Paulo, Moderna, 1993.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da Silva (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, J. et al. **Estudo exploratório sobre eficiência nas escolas municipais paulistas: melhores práticas e desempenho no IDEB**. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25, p. 32-64, jan.-abr. 2017.

FERREIRA, M.; GHIRALDELLO, L. **O benchmarking como ferramenta de gestão: Um estudo em departamentos de viagens corporativas nas empresas**. Gestão e conhecimento. Poços de Caldas, artigo 8, p. 1-25, 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - **FNDE**. **Sobre o FUNDEB. 2020**. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb?view=default> Acesso em: 01 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**, São Paulo – SP, Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Escola Viva, Escola Projetada**, 2ª Edição, Campinas, SP: Papyrus, 1995.

GADOTTI, Moacir. Um legado de esperança. 2001. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org/xmlui/bitstream/handle/7891/2764/FPF_PTPF_12_020.pdf acesso em: 10 de junho de 2023.

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo na Escola**. São Paulo: Loyola, 1988.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. São Paulo: Loyola, 2000.

GIL, A. C. (1997) **Metodologia do Ensino Superior**. 3ª. Ed. São Paulo, atlas.

- GIL, Antonio Carlos et al. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.
- HADDAD, Lenira. **Sistemas públicos de educação infantil: as dimensões do cuidar e educar numa perspectiva ecológica**. In: _____. Anais do Seminário Internacional da OMEP, Rio de Janeiro, 2006.
- HADDAD, F.; UNGER, R. M. **Ensino Público de Qualidade**. Folha de São Paulo, Opinião. São Paulo, 2018.
- HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola**. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.
- HORA, Dinair Leal da. **Gestão educacional democrática**. Campinas-SP. 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar**. Tabelas – primeiros resultados. 08/11/2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Resumo técnico: Resultados do índice de desenvolvimento da educação básica**. Brasília: INEP, 2018.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA-INEP. Relatório Brasil no PISA 2018: verão preliminar. Brasília: INEP, 2019.
- JACOBSEN, A. L. **Teorias da administração II. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.**
- KRIESER, A. et al. **Eficiência técnica dos Institutos Federais por meio da análise envoltória de dados (DEA)**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 145-166, 2018.
- KRAWCZYK, Nora. **A gestão escolar: um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros**. Educ. Soc., Campinas, v. 20, n. 67, p. 112-149, ago. 1999.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB ((Lei 9.394/96)
- LDB- Título IV – **Da Organização da Educação Nacional**. Disponível em: <secon.udesc.br/leis/ldb/ldb4.html>. Acesso em 07 jan. 2011.
- LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos, **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo, Loyola, 1985.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar – Políticas, Estrutura e Organização**. 9ª ed. São Paulo. Cortez, 2010.

LOURENÇO FILHO, M. B. **Organização e Administração Escolar**: curso básico. 8ª edição. Brasília: INEP/MEC, 2007

LUCK, Heloísa. **Dimensões da Gestão Escolar e suas competências**. Positivo, Curitiba, 2010.

LUDKE, M. ; ANDRÉ M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo. EPU, 1986.

MACHADO, Laêda Bezerra; ANICETO, Rosimere de Almeida. Núcleo central e periferia das representações sociais de ciclos de aprendizagem entre professores. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 18, p. 345-363, 2010.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania e classe social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARANHÃO, Projeto de lei nº 056 / 15, **Dispõe sobre a Organização Básica do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão e dá outras providências**. Diário da Assembleia do Maranhão, São Luis, MA, p. 03, 9 abr. 2015, Seção 1.

MARANHÃO. **Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento. Plano Plurianual - PPA 2020-2023 do Governo do Estado do Maranhão**. São Luís, 2019. Disponível em: <https://seplan.ma.gov.br/uploads/seplan/docs/PPA-2020-2023-apos-revisao-em-29-10-2020.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2023.

MARTINS, José do Prado: **Administração Escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MENDONÇA, Erasto: **A Gestão Democrática nos Sistemas de Ensino Brasileiros: A intenção e o gesto**. UnB. Disponível em: www.sindiute.org.br/.../gestao-democratica-nos-sistemasdeensino.pdf Acesso em: 10 de junho de 2023.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo. EPU, 1986

MONTEIRO, Ana; DA COSTA, MARIA FERREIRA. Professores: entre saberes e práticas. Educação & Sociedade, v. 22, p. 121-142, 2001.

MORENO, G. L. **Organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil**. In: PASCHOL, J. D. (Org.) Trabalho pedagógico na educação infantil. Londrina, 2007.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. **Currículo e formação de professores: notas para discussão**. In: LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; LIMONTA, Sandra Valéria. Qualidade na escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores. Goiânia: CEPED Publicações; Gráfica e Editora América: Kelps, 2013.

MOREIRA, Neusenir de Paiva. A prática de gestão em uma unidade escolar militar pública: democracia ou Autoritarismo?. Trabalho de conclusão de curso de especialização, Repositorio UFSM, 2011.

NOGUEIRA, Aurinete Alves et al. Diálogos reflexivos sobre práticas pedagógicas no ciclo de alfabetização. Série Educar-Volume 12 Leitura e Escrita, p. 7, 2019.

NUNES, Cesar de Assumpção. **Uma proposta de intervenção para o aproveitamento dos conscritos no Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina** / Cesar de Assumpção Nunes. Orientador: Prof. Dr. Marcello Beckert Zappellini. Florianópolis, SC: UDESC, 2014.

OLIVEIRA, Dijaci David de. **As escolas militares: o controle, a cultura do medo e da violência**. In: OLIVEIRA, I. C. de; SILVA, V. H. V. de F. (Orgs) Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas (pp.41-49). Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais.

OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas (Orgs) (2016). **Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas**. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais.

PARO, Vitor: **Administração escolar introdução a critica**. 14. ed.. São Paulo: Cortez, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar democrática e qualidade do ensino**. São Paulo, 2007.

PARO, Vitor Henrique et al. **Escola de tempo integral: desafio para o ensino público**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1988.

PARO, Vitor Henrique. Gestão da Escola Pública: **a Participação da Comunidade**. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 73, n. 174, p. 255-290, maio/ago. 1992.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. Educação e Pesquisa, v. 36, n. 03, p. 763-778, 2010.

PENIM, S.; VIEIRA, S. L. **“Refletindo sobre a função social da escola”**. IN. VIEIRA, S. L. (org.). *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP & A, 2002, p. 13 - 45.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. A formação de professores e a responsabilidade das universidades. *Estudos avançados*, v. 15, p. 317-332, 2001.

PESSOA JUNIOR, Walber Meireles. Histórico e evolução dos bombeiros civis e voluntários ante ao efetivo serviço prestado por bombeiros militares. Trabalho de conclusão de curso. CBMGO, 2018. Disponível em: <https://bombeiros.go.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TCC-PESSOA.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

PEREIRA, G. R. de M.; ANDRADE, M. da C. L. de. **A construção da Administração da Educação na RBAE (1983-1996)**. *Revista Brasileira de Política e Administração e Educação*, v. 23, n. 1, p. 137-151, jan./abr., 2007.

PEREIRA, Domingos. **Festa da democracia em Aparecida**. Aparecida de Goiânia, *Jornal Opção*, Edição 1848 de 05 a 11 de dezembro de 2011.

PEREIRA, Fernanda Caroline de Melo. Estado e Dominação: **A Construção da Perspectiva de Educação nos Colégios Militares do Militares do Estado de Goiás**. In: OLIVEIRA, João Ferreira de; LIMA, Daniela da Costa Britto Pereira 27 (Org.). *Política e gestão da educação básica I - Série Anais do XXIX Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação*, [Livro Eletrônico]. – Brasília: ANPAE, 2019. ISBN: 978-85-87987-14-3

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Proposta da Sociedade Brasileira**. Belo Horizonte, 1997

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: . Acesso em: 22 out. 2017.

RIBEIRO, J. Q. **Ensaio de uma teoria da Administração Escolar**. São Paulo:Saraiva, 1986.

REIMER, Everett. **A Escola Está Morta**, Alternativas em Educação; Tradução de Tony Thompson, Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1979.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre : Livraria do Advogado. 2001.

SAVIANI, Dermeval, **Escola e democracia**. – 8ª ed.Campinas SP: Autores associados, 1985.

SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 1987.

SCALABRIN, Izabel Cristina; MOLINARI, Adriana Maria Corder. A importância da prática do estágio supervisionado nas licenciaturas. *Revista Unar*, v. 7, n. 1, p. 1-12, 2013.

SENA, Hélio Cleidilson de Oliveira. *Escolas militarizadas no Maranhão: um estudo sobre a parceria entre corporações militares e redes públicas de ensino*. Dissertação de Mestrado. UNISINOS, 2021.

SENA, Crystiane Meneses de. *O Gestor Escolar como Articulador dos Processos de Ensino e de Aprendizagem*. 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/9154> Acesso em: 10 de junho de 2023

SILVA, Joab Júnio Dias Gregório da. *Militarização de escolas públicas: avanços ou retrocessos?* In: OLIVEIRA, I.C. de; SILVA, V. H. V. de F. (org.) *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia, Escultura produções editoriais, 2016.

STAIR, Ralph; REYNOLDS, George. *Principles of information systems*. Cengage Learning, 2020.

TEIXEIRA, Léa Maria. *A gestão escolar diante do desafio da evasão de alunos do 1º ano do ensino médio, em Soledade/RS*. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/17726> Acesso em: 10 de junho de 2023.

PESSOA, Glaucia Tomaz de Aquino. **Casa de Correção do Rio de Janeiro**. Arquivo MAPA, 2018. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/dicionario-primeira-republica/531-casa-de-correcao-da-capital-federal.html>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

VARGAS, Mauri Resende; SILVA, Valdir Pignatta e, *Resistência ao Fogo das Estruturas de Aço*. Instituto Brasileiro de Siderurgia - IBS / Centro Brasileiro da Construção em Aço - CBCA, Rio de Janeiro, 2003. 76 p.

VEIGA, Ilma Pa et al. *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Papirus Editora, 1998.

VIEIRA, S. L. *Educação e Gestão: extraindo significados de sua base legal*. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. de. **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

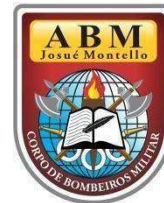
VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L.S. *A Formação Social da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VIGOTSKI, L.S. A brincadeira e o Seu Papel no Desenvolvimento Psíquico da Criança. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais. pp. 23-36. Junho, 2008.

WATSON, J.B. Psychology from the Standpoint of a Behaviorist. Lippincot. 1919. 429 p

APÊNDICES



APÊNDICE A: TERMO DE ACEITE DOS QUESTIONÁRIOS ONLINE APLICADO AOS BOMBEIROS MILITARES LOTADOS EM COLÉGIOS MILITARES E AOS CADETES DO 2º E 3º ANO DO CFO.

Termo de aceite

O (A) senhor(a) está sendo convidado a participar como voluntário(a) de uma pesquisa científica que tem como objetivo propor a implementação de uma disciplina pedagógica no curso de formação de oficiais Bombeiro Militar.

Desde já agradeço sua participação e garanto o anonimato e sigilo desta pesquisa.

- Aceito
 Não Aceito

Identificação

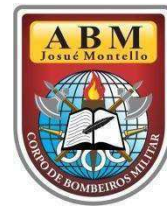
1º) Oficial QOCBM

Cadete

2º) **Gênero** Masculino Feminino



APÊNDICE B: QUESTIONÁRIOS ONLINE APLICADO AOS BOMBEIROS MILITARES LOTADOS EM COLÉGIOS MILITARES.



QUESTIONÁRIO APLICADO AO GESTOR

Este questionário é parte do Material para a análise de dados sobre a Gestão Escolar nas escolas militares do Maranhão, para os alunos do curso do Formação de Oficiais do CBMMA e tem o objetivo de identificar a importância da integração da disciplina de GESTÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA para os alunos do curso, tendo em vista que as escolas militares são geridas por oficiais.

As respostas aqui coletadas serão mantidas em sigilo e subsidiarão a análise na busca em melhor compreender, sob a forma de amostragem, a importância dos gestores nas diferentes Instituições Educacionais e de como o estudo dessa disciplina no decorrer do curso irá fazer a diferença na prática profissional. Por isto, é importante que você responda com sinceridade.

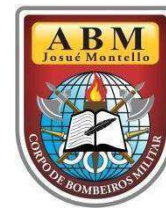
AOS OFICIAIS GESTORES

1. Em uma m uma escala de 1 a 5, na qual 1 seria nenhuma influência e 5 total influência, a disciplina Gestão Escolar fez falta ao decorrer do curso?
2. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 é nenhuma vez e 5 todas as vezes você precisou recorrer a terceiros para lidar com situações referentes a abordagem pedagógica ?
3. Em uma m uma escala de 1 a 5, na qual 1 seria nenhuma influência e 5 total influência, durante seu tempo como gestor escolar você precisou fazer cursos para poder lidar com a função de gestor escolar?
4. Em uma m uma escala de 1 a 5, na qual 1 seria nenhuma influência e 5 total influência, se você tivesse tido a disciplina Gestão escolar durante o curso de formação isso teria impacto hoje na forma como você gerencia a sua escola?

5. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 seria nenhuma influência e 5 total influência, o (a) Sr(a) acredita que a gestão participativa pode influenciar no processo ensino aprendizagem?
6. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 é nenhum interesse e 5 total interesse, qual seria o seu nível de comprometimento na gestão participativa?
7. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 é nenhuma vez e 5 todas as vezes, o Sr(a) acredita que a sua colaboração na gestão participativa foi levada em consideração ou influenciou na gestão escolar efetivamente
8. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 é nenhuma vez e 5 todas as vezes, peço a opinião de alunos, pais, professores e funcionários antes de tomar decisões?
9. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 é nenhuma vez e 5 todas as vezes, busco junto à Secretaria de Educação o apoio necessário para aprimorar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem?
10. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 é nenhuma vez e 5 todas as vezes, busco aprimorar minha formação, participando de cursos, seminários, palestras e de atividades culturais?
11. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 é nenhuma vez e 5 todas as vezes, Sabe delegar funções, solicitar ajuda e ouvir críticas?
12. Em uma m uma escala de 1 a 5, na qual 1 seria nenhuma importância e 5 total importância, hoje atuando como gestor escolar você indicaria uma proposta para inserção da disciplina Gestão Escolar no curso CFO-BMMA?



APÊNDICE C: QUESTIONÁRIOS ONLINE APLICADO AOS CADETES DO 2º E 3º ANO DO CFO.



QUESTIONARIO APLICADO AOS CADETES

Este questionário é parte do Material para a análise de dados sobre a Gestão Escolar nas escolas militares do Maranhão, para os alunos do curso do Formação de Oficiais do CBMMA e tem o objetivo de identificar a importância da integração da disciplina de GESTÃO ESCOLAR E PEDAGOGIA para os alunos do curso, tendo em vista que as escolas militares são geridas por oficiais.

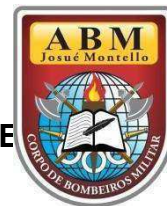
As respostas aqui coletadas serão mantidas em sigilo e subsidiarão a análise na busca em melhor compreender, sob a forma de amostragem, a importância dos gestores nas diferentes Instituições Educacionais e de como o estudo dessa disciplina no decorrer do curso irá fazer a diferença na prática profissional. Por isto, é importante que você responda com sinceridade.

AOS CADETES DO CURSO CFO-BMMA

1. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 seria nenhuma influência e 5 total influência, a disciplina Gestão Escolar fez falta ao decorrer do curso?
2. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 seria nenhuma influência e 5 total influência, num possível cenário no qual você venha a atuar numa escola, você se acha capaz de gerenciá-la?
3. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 seria nenhuma influência e 5 total influência, sua atuação na escola seria baseada em algo que aprendeu ao decorrer do curso?
4. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 seria nenhuma influência e 5 total influência, você acha necessário incluir essa disciplina no curso?
5. Em uma escala de 1 a 5, na qual 1 seria nenhuma influência e 5 total influência, com os conhecimentos adquiridos através do curso sua gestão seria impactada?



APÊNDICE D: PLANO DE DISCIPLINA “NOÇÕES DE EDUCAÇÃO E ENSINO



ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MARANHÃO

PLANO DE MATÉRIA

Curso	Ano Letivo
Curso de Formação de Oficiais Bombeiros Militar	

Disciplina	Carga horária
Noções de Gestão Escolar e Pedagogia	60 H/A

EMENTA

Conceito de educação, conceito e aplicação da gestão escolar, gestão de recursos humanos e administrativos nas escolas, noções de planejamento escolar, planejamento pedagógico, legislações educacionais (CF, LDB, PCN, Estatuto da criança e do adolescente)

OBJETIVO GERAL

A disciplina é voltada para a formação continuada de dirigentes da educação básica, a partir de seus fundamentos sócio-filosóficos na busca de contribuir para a formação do indivíduo como futuro profissional que terá como possível área de atuação o ambiente escolar respeitando as diretrizes da educação e o PPP.

ORD.	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	H/A
01	Conceito de educação	10
02	conceito e aplicação da gestão escolar	10
03	gestão de recursos humanos e administrativos nas escolas	10
04	noções de planejamento escolar	10
05	Planejamento pedagógico	10
06	legislações educacionais	10

METODOLOGIA DE ENSINO

- Exposição oral e multimídia;
- Oficinas prática;
- Seminários
- Pesquisa bibliográfica.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Computador, notebook e afins;
- Datashow;
- Demonstrações técnicas
- Apostilas;
- Estudo de casos;

ANEXOS

ANEXO A – ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS BOMBEIROS MILITAR: DISCIPLINAS DO NÚCLEO COMUM

	Ord.	Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
					Teórico	Prático	
1º P E R Í O D O	01	NCUE093	Fundamentos da Administração	60	04	-	04
	02	98102	Introdução ao Estudo do Direito	60	04	-	04
	03	NCUE041	Sociologia	60	04	-	04
	04	NCUE012	Metodologia Científica	60	04	-	04
	05	98105	Química Aplicada	60	04	-	04
	06	98106	Anatomia e Fisiologia Humana	60	04	-	04
	07	NCUE016	Leitura e Produção Textual	60	04	-	04
2º P E R Í O D O	08	98215	Economia	60	04	-	04
	09	98216	Direito Constitucional	60	04	-	04
	10	98217	Ciências Políticas	60	04	-	04
	11	NCUE019	Psicologia	60	04	-	04
	12	98219	Gestão de Pessoas	60	04	-	04
	13	98220	Física Geral	60	04	-	04
	14	98221	Cálculo Diferencial e Integral Univariável	60	04	-	04
3º P E R Í O D O	15	98329	Termodinâmica Aplicada	60	04	-	04
	16	98330	Direito Penal Comum e Penal Militar	60	04	-	04
	17	98331	Gestão de Operações e Logística	60	04	-	04
	18	98332	Desenho Técnico	60	04	-	04
	19	NCUE008	Estatística	60	04	-	04
	20	98334	Eletricidade Aplicada	60	04	-	04
	21	98335	Cálculo Vetorial	60	04	-	04
4º P E R Í O D O	22	98443	Higiene e Seg. do Trabalho	60	04	-	04
	23	98444	Ética e Cidadania	60	04	-	04
	24	98445	Direito Ambiental	60	04	-	04
	25	98446	Resistência dos Materiais	60	04	-	04
	26	98447	Mecânica dos Fluidos Aplicada	60	04	-	04

5º P E R Í O D O	27	98554	Processo Penal Comum e Militar				
	28	98555	Direito Administrativo	60	04	-	04
	29	98556	Mecânica Técnica	60	04	-	04
	30	98557	Métodos e Técnicas de Pesquisa	60	04	-	04
	31	98558	Estágio Supervisionado	90	02	-	02
6º P E R Í O D O	32	98664	Execução Financeira e Orçamentária	60	04	-	04
	33	98665	Prática de Processo Administrativo	60	04	-	04
	34	98666	TCC	-	00	-	00
O P T A T I V A S	35	98671	<i>Libras</i>	60	04	-	04
	36	NCUE066	<i>Língua Inglesa Instrumental</i>	60	04	-	04
	37	98673	<i>Metodologia do Ensino</i>	60	04	-	04
	38	98674	<i>Geografia Física</i>	60	04	-	04
	39	98675	<i>Direito Civil</i>	60	04		04

Fonte: UEMA, 2014.

**ANEXO B - ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS
BOMBEIROS MILITAR: DISCIPLINAS DO NÚCLEO ESPECÍFICO**

Ord.	Cód.	DISCIPLINAS	CH	Créditos		Total
				TEORICO	PRATICO	
PRIMEIRO PERÍODO						
01	98108	Introdução Ao Treinamento Físico Militar	60	02	01	03
02	98109	Ordem Unida Básica	60	02	01	03
03	98110	Tecnologia E Maneabilidade De Incêndio	90	02	02	04
04	98111	Atendimento Pré-Hospitalar	90	02	02	04
05	98112	Armamento E Tiro	60	02	01	03
06	98113	História Da Corporação	45	02	01	03
07	98114	Regulamento Aplicado	Ao	45	02	01
Ord.	Cód.	Disciplinas	Ch	Créditos		Total
				Teorico	Pratico	
SEGUNDO PERÍODO						
08	98222	Direitos Humanos	45	02	01	03
09	98223	Correspondência Militar	45	02	01	03
10	98224	Salvamento Terrestre	90	02	02	03
11	98225	Telecomunicação Militar	45	02	01	03
12	98226	Salvamento Aquático	90	02	02	04
13	98227	Etiqueta Social	45	02	01	03
14	98228	Legislação Bombeiro Militar	60	02	01	03

Ord.	Cód.	Disciplinas	Ch	Créditos		Total
				Teorico	Pratico	
TERCEIRO PERÍODO						
15	98336	Combate A Incêndio Florestal	60	02	01	03
16	98337	Ordem Unida De Comando	60	02	01	03
17	98338	Treinamento Físico Militar	60	02	01	03
18	98339	Estratégia E Tática De Combate A Incêndio	60	02	01	03
19	98340	Salvamento Em Altura	90	02	02	04
20	98341	Moto Mecanização	45	01	01	02
21	98342	Produtos Perigosos	60	02	01	03
Ord.	Cód.	Disciplinas	Ch	Créditos		Total
				Teorico	Pratico	
QUARTO PERÍODO						
22	98448	Perícias De Incendio E Explosões	45	01	01	02
23	98449	Chefia E Liderança	60	02	01	03
24	98450	Seguranças Físicas Das Instalações	60	02	01	03
25	98451	Treinamento Físico Militar Aplicado	60	02	01	03
26	98452	Defesa Civil	60	02	01	03
27	98453	Sobrevivencia Em Regiões Inóspitas	120	02	03	05

Ord.	Cód.	Disciplinas	Ch	Créditos		Total
				Teorico	Pratico	
QUINTO PERÍODO						
28	98559	Práticas Desportivas	60	02	01	03
29	98560	Comando Em Operação Bombeiro Militar	60	02	01	03
30	98561	Administração Bombeiro Militar	45	01	01	02
31	98562	Gestão De Projetos	60	02	01	03
32	98563	Atividades Aeroportuárias	45	01	01	02
Ord.	Cód.	Disciplinas	Ch	Créditos		Total
				Teorico	Pratico	
SEXTO PERÍODO						
33	98667	Inteligência E Contra Inteligência	60	02	01	03
34	98668	Análise De Projetos	60	02	01	03
35	98669	Defesa Pessoal	60	02	01	03
36	98670	Atendimento Pré-Hospitalar Aplicado	60	02	01	03
37	98676	Informática Aplicada A Projetos	60	02	01	03
38	98677	Salvamento Veicular	60	02	01	03
39	98678	Mergulho Autônomo Básico	60	02	01	03
40	98679	Processo Administrativo	60	02	01	03
41	98680	Criminalista Aplicada	60	02	01	03

Fonte: UEMA, 2014

ANEXO C - DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Eu, **Itallo Guilherme Vasconcelos Pires**, declaro para todos os fins que meu trabalho de fim de curso intitulado “Proposta De Implantação Da Disciplina Gestão Escolar No Curso De Formação De Oficiais CBMMA: Uma Análise Da Sua Importância Para Atuação Nas Escolas Militares,” é um documento original elaborado e produzido por mim.


Dados do Orientador:

Nome/Grau/Hierarquia: Paulo Jonatas Costa da Silva 1º Ten. QOCBM

Filiação/Instituição: Universidade Estadual do Maranhão

E-mail: paulotenqocbm@gmail.com

Telefones: 98987536408

Documento assinado digitalmente
 ITALLO GUILHERME VASCONCELOS PIRES
Data: 04/04/2023 15:50:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DISCENTE
CPF: 613.332.563-10